Dois estudos sobre naufrágios no Rio Grande do Sul

FRANCISCO DAS NEVES ALVES
JOSÉ VANDERLEI BORBA

132

COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

UNIVERSIDADE ABERTA www.uab.pt
Cátedra CIPSH de Estudos Globais 2020-2025

BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Dois estudos sobre naufrágios no Rio Grande do Sul

COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE

- 132 -

CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior
- Universidade Estadual Paulista – Assis -
António Ventura
- Universidade de Lisboa -
Beatriz Weigert
- Universidade de Évora -
Carlos Alexandre Baumgarten
- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -
Ernesto Rodrigues
- CLEPUL – Universidade de Lisboa -
Francisco Gonzalo Fernandez Suarez
- Universidade de Santiago de Compostela -
Francisco Topa
- Universidade do Porto -
Isabel Lousada
- Universidade Nova de Lisboa -
João Relvão Caetano
- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -
José Eduardo Franco
- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -
Maria Aparecida Ribeiro
- Universidade de Coimbra -
Maria Eunice Moreira
- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –
Maria Cristina Firmino Santos
- Universidade de Évora -
Vania Pinheiro Chaves
- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves
José Vanderlei Borba

Dois estudos sobre naufrágios no Rio Grande do Sul

Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2026

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:
José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:
João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:
Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1º Secretário: Luiz Henrique Torres
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica
- Título: Dois estudos sobre naufrágios no Rio Grande do Sul
- Autores: Francisco das Neves Alves e José Vanderlei Borba
- Coleção Rio-Grandense, 132
- Composição & Paginação dos autores
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, 2026

ISBN – 978-65-5306-112-5

CAPA: Ilustração adaptada a partir de BISTURI. Rio Grande, 22 set. 1889.

SUMÁRIO

Costa Sul-Rio-Grandense - Naufrágio da *Duc de Chartres*: Organizações e Personagens / 11
José Vanderlei Borba

Registros imagéticos de naufrágios e riscos à navegação na imprensa ilustrado-humorística rio-grandina / 75
Francisco das Neves Alves

Costa Sul-Rio-Grandense - Naufrágio da *Duc de Chartres*: Organizações e Personagens

José Vanderlei Borba[1]

O céu fere com gritos, nisto a gente,
Com súbito temor e desacordo;
Que, no romper da vela, a nau pendente
Toma grande suma d'água pelo bordo.
– *Alija, disse o mestre rijamente,*
Alija tudo ao mar, não falte acordo!
Vão outros dar à bomba, não cessando;
À bomba, que nos imos alagando!
(Os Lusíadas)[2]

O contexto histórico do evento de 1744, na costa sul-rio-grandense, correlaciona-se a um conjunto de circunstâncias políticas (governos, conflitos e ideologias), sociais (organização da sociedade, relações,

---

[1] Professor da Universidade Federal do Rio Grande/FURG. D. Sc. em Integração Regional. Conselheiro da Biblioteca Rio-Grandense, Rio Grande/RS. Autor de textos sobre fronteiras/relações exteriores, comércio/administração e integração/ desenvolvimento regional, com ênfase em Rio Grande/Rio Grande do Sul/Brasil e República Oriental do Uruguai.

[2] CAMÕES (1576). Os Lusíadas. Canto VI, estrofe 72.

tradições/costumes), econômicas (disponibilidades e fatores financeiros) e culturais (manifestações filosóficas, religiosas e conhecimento disponível).

No cenário do naufrágio[3] da barca francesa – *Duc de Chartres*, em 10/01/1744, na Latitude Sul 30° 14', em área da atual praia de Salinas, em Cidreira/RS, representa o epílogo de uma trajetória, no qual estiveram envolvidas as missões jesuíticas do Chile e da Paracuaria (1740-1744), o que vai determinar a viagem do Procurador Geral da Província Jesuítica do Chile à Europa (1742). Sua abordagem às Casas Professas dos Jesuítas, no Sacro Império Romano-Germânico e na Andaluzia/ Espanha (1742-1743), se dá num contexto de disputas entre Inglaterra e Espanha (*Guerra do Asiento* e de *Navio de Permiso*, entre 1739-1748)[4] e a guerra de sucessão na Coroa Austríaca (entre 1740-1748).

A preparação para a viagem transatlântica dos jesuítas, dos mercadores e militares espanhóis ocorre em Sevilha e Cádiz (1742-1743). Para além do conturbado ambiente no continente europeu, nos mares (Mediterrâneo e Atlântico Norte) ocorriam ações de corso (com autorizações dos reinos espanhol, francês e inglês), de pirataria e da Companhia (inglesa) dos Mares do Sul, que conturbavam as viagens para o Atlântico Sul.

Na porção meridional da América do Sul, na trajetória da *Duc de Chartres*, desenvolviam-se os confron-tos entre Portugal e Espanha pela dominância no Rio Prata, na Banda Oriental e no Rio Grande de São

[3] BORBA (2025). In: **Coleção Riograndense, n° 131**. 190 p.

[4] *Asiento* – autorização para introduzir até 4800 escravos [negros] durante 30 anos. *Permiso* – autorização para que navios com 500 toneladas de mercadorias fossem a portos da América espanhola.

Pedro (entre 1735-1737), com acordos e desacordos sobre a posse territorial da Colônia do Santíssimo Sacramento.

A viagem de Cádiz a Buenos Aires, com previsão de 90 dias, iniciou a 08/11/1743. No 73° dia, ou seja, de 10 para 11/01/1744, ocorreu o encalhe e naufrágio na costa sul-rio-grandense. A partir da chegada à praia, os sobreviventes dirigiram-se ao sul, em busca do Rio Grande de São Pedro, levando 11 dias para chegar a Bojuru e mais um dia para atingir o Estreito, São José do Norte e cruzar o canal até Rio Grande, totalizando mais de 300 km, dos quais 240 km foram percorridos a pé pela praia. A partir da guarda portuguesa do Bojuru, dirigiram-se em carros de bois até a margem norte do canal do rio de São Pedro.

Este texto contempla organizações e personagens relacionados ao naufrágio da *Duc de Chartres*, em seus contextos históricos, no intervalo de 1740 a 1746, com envolvimento de membros da Companhia de Jesus, atuantes no Chile, na Paracuaria, na Germânia e na Espanha.

Dada as relações entre Espanha e França, corsários franceses atuavam, autorizados pela coroa espanhola, na proteção dos navios espanhóis, em oposição aos ingleses e holandeses. Nos conflitos entre Espanha e Portugal, a disputa relacionava-se à Bacia Platina. A *Real Navy* estabeleceu-se no rio Tejo, permitindo que Portugal enviasse frota para disputar o Rio da Prata, Colônia do Sacramento, Montevidéu, Maldonado e a margem meridional do rio de São Pedro.

No Rio Grande de São Pedro encontra-se o fecho deste naufrágio, registrado nas correspondências do Governador (Diogo Osório Cardoso) de São Pedro do

Rio Grande, datada de 20/8/1744, ao Cardeal da Mota[5], na corte de Lisboa; do Padre Melchor Strasser, SJ, ao Padre Santiago Dedelley, S.J., na Alemanha/Germânia[6], datada de 15/9/1744; e, do Ouvidor Geral de Paranaguá ao Rei português sobre desmandos no governo de Osório Cardoso, em especial seu desleixo em demonstrar a arrecadação e a valoração das '*fazendas*'[7], recolhidas do naufrágio, perante a Mesa de Rendas[8], datada de 02/5/1746.

Companhia de Jesus

A Companhia de Jesus, como ordem religiosa, foi criada em 1534 por um grupo de sacerdotes entre os quais teve preponderância Ignácio de Loyola (cujo nome original era Iñigo López de Recalde, 1491-1556). A ordem religiosa foi aprovada pela Bula Papal de 27/11/1540, firmada por Paulo III. Quando surgiu, seu objetivo era promover uma renovação eclesiástica, o que

---

[5] CARVALHO NETO (2018), p.92-113. Aparentemente exercia o papel de primeiro-ministro, ainda que nunca o Rei de Portugal o tenha designado.

[6] As províncias jesuítas no Sacro Império Romano-Germânico não eram uma única entidade, mas o conjunto de diversas províncias regionais, que incluíam as da Alemanha/Germânia (divididas em superior e inferior), da Áustria e da Boêmia.

[7] Conjunto de bens e direitos que constituem patrimônio de pessoa física ou jurídica, sujeito ao fisco e à tributação. Em português antigo, o termo '*fazenda*' também indicava conjunto de recursos financeiros que deveriam ser submetidos ao erário real.

[8] Tinha a função de arrecadar impostos e fiscalizar a entrada e saída de mercadorias, onde a instalação de uma alfândega completa não era viável economicamente.

se tornou fundamento para os jesuítas que deram continuidade ao labor evangélico dos fundadores.[9]

As Casas de Jesuítas[10] eram uma plataforma ministerial, a partir da qual os religiosos contribuíam na evangelização, configuração e manutenção da mentalidade coletiva católica e de apoio espiritual aos fiéis. Punham ênfase nos sacramentos (especialmente no culto eucarístico das Quarenta Horas[11] e na confissão), na prédica e na oratória, assim como na instrução cristã e na catequese.

Uma das estratégias apostólicas[12] eram as missões rurais e populares. Para isto desenvolviam um esquema simples e linear para apresentar temas fundamentais da vida e da doutrina cristã. Os missionários podiam desenvolver outras correlatas desde que se mantivessem com o fruto das atividades da missão.

Entre os jesuítas houve pregadores que exerciam seu oficio tanto em templos como em praças e lugares movimentados, com tal êxito que muitos sermões eram impressos. Pregavam a doutrina cristã, em procissões pelas ruas e intensificavam as pregações no jubileu[13] da doutrina cristã e na quaresma.

---

[9] SALINAS (2020), p.12.

[10] ARTUÑEDO (2014), p. 14.

[11] Devoção católica, com exposição do Santíssimo Sacramento, para oração contínua e ininterrupta por quarenta horas, dia e noite. A celebração começa com uma Missa de Exposição e termina com uma Missa de Reposição, que podia incluir procissão e bênção final.

[12] ARTUÑEDO (2014), p. 15.

[13] O termo *jubileu* tem origem no Antigo Testamento, onde era descrito como *ano de graça* celebrado a cada 50 anos. O conceito evoluiu para um período de renovação espiritual e graça especial - **Ano Santo.**

Outras ocupações espirituais dos jesuítas eram a confissão, o acompanhamento espiritual, os Exercícios Espirituais[14], a reconciliação de inimigos e o apostolado entre estrangeiros (ainda que distante do espírito de diálogo ecumênico). Promoveram a devoção à Imaculada Conceição, às relíquias e aos santos, especialmente os da Companhia de Jesus (São Inácio de Loyola, São Francisco Javier, São Francisco de Borja, São Luiz Gonzaga, São Stanislaw de Kostka).

Muitos leigos se vinculavam à Companhia de Jesus através de congregações, que eram um instrumento para o desenvolvimento espiritual e para orientar e organizar a assistência social à população. Os jesuítas e os irmãos/coadjutores atendiam à população em epidemias e em catástrofes naturais (inundações, secas, etc.).[15]

Grande parte dos jovens[16] que entregavam sua vida à Igreja e à Companhia eram enviados a terras com missões, Sua integração se dava por petição própria (*indipetas*)[17], mesmo que isto significasse, em muitos casos, entregar sua vida.

A organização em que se desenvolvia a preparação de embarque de jesuítas e ajuda às missões ultramarinas era o *Hospicio*[18] *de las Indias*, que teve sedes

---

14 "*Constituem-se como um caminho a percorrer, uma maneira vital de dispor-se à ação do Espírito, que transforma e liberta o coração de todo desejo desordenado, para buscar, encontrar e realizar a vontade de Deus na própria vida ...*". In: jesuitasbrasil.org.br

15 ARTUÑEDO (2014), p. 16.

16 ARTUÑEDO (2014), p. 17-18.

17 As *indipetas* eram solicitações à Cia. de Jesus para encaminhamento às missões ultramarinas.

18 Com sentido de abrigo/albergue, um local de hospedagem e tratamento para pessoas pobres, doentes ou desabrigadas.

em Sanlúcar de Barrameda, Sevilha, Cádiz e no Porto de Santa Maria.

Companhia de Jesus no Chile

As missões foram estabelecidas pelos jesuítas em toda a América colonial.[19] Para conseguirem seu objetivo, desenvolveram técnicas de contato e atração dos nativos e logo aprenderam suas línguas[20] e, a partir disso, os reuniam em povoados (*reduções e missões*) que, por vezes, abrigavam milhares de indivíduos.

As missões, por serem quase autossuficientes, dispunham de infraestrutura administrativa, econômica e cultural que funcionava em regime comunal, onde os nativos eram educados na fé cristã e ensinados a trabalhar como artesãos.

Depois de um início assistemático marcado por tentativas frustradas, em meados do século XVII, o modelo missioneiro já estava bem consolidado e disseminado por quase toda a América, mas teve de continuar enfrentando a oposição de setores da Igreja Católica e de bandos de caçadores/preadores de nativos (para submetê-los a trabalho forçado em *encomiendas* ou em fazendas).

---

[19] SALINAS (2020), p.12. A Província Jesuítica do Paraguai foi criada em 09/02/1604 e instalada três anos depois. Esta organização abarcava territórios pertencentes à Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, Bolívia e sul do Brasil. O Chile foi separado da Paracuaria em 1635 e convertido em vice-província.

[20] BRAÑES et al (2019), p.245. Loyola pregava que os jesuítas deviam "*adaptarse a las personas, aprender las lenguas y adquirir información sobre su historia*".

O sistema missioneiro buscou introduzir o cristianismo e um modo de vida europeizado, integrando valores culturais dos próprios nativos, pois se baseava no respeito às pessoas e às tradições grupais, desde que estas não entrassem em conflito direto com os conceitos básicos na nova fé e da justiça.[21]

Karl (Carlos) **von Haymhausen SJ**, bávaro de origem nobre. Nasceu em Munique, a 28/5/1692, aparentado com a Casa Real Austríaca. Além de falar vários idiomas, era um destacado matemático e físico teórico e experimental, possuindo grande habilidade para cunhar e gravar metais. Integrou-se à Companhia de Jesus aos 19 anos de idade. Depois de concluir seus estudos, foi enviado aos 32 anos como missionário ao Chile. De nada valeram os pedidos de sua família e amigos para persuadi-lo a não viajar.

No Chile foi designado como administrador da Província Jesuítica, com a responsabilidade de que as plantações e *haciendas* se tornassem autossustentáveis economicamente. Sua gestão foi tão destacada que a *Hacienda Calera de Tango*[22] (na região metropolitana de Santiago) mais que duplicou suas receitas.

As missões jesuíticas no Chile colonial estavam em plena atividade, principalmente através de ***missões circulares***[23] **(Araucanía** - território Mapuche, Figura 1 e

[21] MARZAL (1999), p. 489-495.

[22] A *Hacienda Calera de Tango* foi uma importante propriedade rural jesuíta no Chile, desenvolvida entre os séculos XVII e XVIII. Além de sua rica produção agrícola e artesanal, exploravam minas de cal. *Calera* tornou-se centro de influência artística e arquitetônica colonial, pela atuação de jesuítas alemães nas artes e ofícios.

[23] Um sistema de missões jesuíticas adotado no arquipélago de Chiloé, onde os padres faziam visitas anuais a aldeias em que

no Arquipélago de Chiloé , Figura 2) **e de tentativas de aldeamentos estáveis (**a partir de Santiago). Diferentemente das reduções guarani na Paracuaria, as atividades no Chile tinham características geográficas e culturais distintas.

Figura 1. Araucanía – território mapuche

Fonte: researchgate.net

Figura 2. Arquipélago de Chiloé

Fonte: https://mamillsblog.wordpress.com/

Em 1740, Haymhausen assumiu a condição de Procurador Geral da Ordem Jesuítica, no Chile. Como Procurador Geral foi à Europa requerer mais sacerdotes e coadjutores, passando em visita à sua prima Joana de Áustria, Rainha de Portugal. Com o apoio da Rainha, obteve, do Rei espanhol, "*permissão para levar religiosos e mais de 360 caixões e fardos que continham as ferramentas e materiais comprados*".[24]

---

pretendiam catequizar nativos. SALINAS (2020), p.26. "… *misiones rurales o también llamadas campestres, con dos padres jesuitas que recorrían el distrito correspondiente al menos durante dos meses; y que a partir de su accionar lograron suplir la falta de párrocos de vastas regiones circundantes.*"

[24] BASCUÑÁN (1993), p.55.

Como Procurador Geral estava encarregado de recrutar, na Europa, sacerdotes, irmãos/coadjutores e escolásticos dispostos a ajudar na tarefa evangelizadora no Chile e no Paraguai. Os Procuradores anteriores haviam buscado humanistas e teólogos de renome, mas ele se preocupou em atrair artesãos de qualidade. Este agrupamento (15 sacerdotes jesuítas, 09 coadjutores e 08 escolásticos) foi entregue, na Espanha, aos cuidados do Procurador Juan de Ravenal e embarcados na barca francesa fretada - *Duc de Chartres*, que partiu da baía de Cádiz, pelo porto de Santa Maria, em 08/11/1743, com previsão de longa (três meses) viagem transatlântica.

Haymhausen permaneceu na Europa, durante sete anos, e só retornou ao Chile em 1748, acompanhado de 40 irmãos/coadjutores, entre os quais incluíam 6 carpinteiros, 4 fundidores, 2 relojoeiros, 3 prateiros, 2 escultores, 3 fabricantes de moinhos, 7 pintores, 3 boticários, 5 tecedores, além de outros ofícios.[25]

Faleceu aos 75 anos, a 07/4/1767, no mesmo ano da expulsão da Companhia de Jesus das áreas coloniais da Espanha.

Companhia de Jesus no Império Sacro Romano-Germânico

As Casas Professas da Baviera eram as instituições religiosas jesuíticas, com as quais Haymhausen SJ teve contato em seus primeiros anos de estudos na Europa, antes de sua missão na América do Sul.

[25] OVANDO (2006), p.2-3.

Uma **Casa Professa** era um tipo específico de residência da **Companhia de Jesus**, destinada aos membros que haviam feito os votos religiosos solenes, ou seja, os *padres professos*. As principais características e finalidades das Casas Professas eram: (1) servir de Residência para Padres Professos - alojar exclusivamente jesuítas que completaram sua formação e haviam professado os quatro votos (pobreza, castidade, obediência e um voto especial de obediência ao Papa); (2) servir de Centro Espiritual e Missionário – para irradiação da espiritualidade inaciana e de apoio às atividades missionárias e apostólicas da ordem; (3) manter-se em Autossuficiência Financeira - por meio de rendas obtidas de propriedades, como as quintas de recreio ou outras terras, e não podiam aceitar dinheiro[26] por serviços espirituais, mantendo o voto de pobreza em prática; e, (4) servir de Locais de Oração e de Estudo - dedicados ao estudo aprofundado, à oração e à vida comunitária disciplinada, estimulando o desenvolvimento da espiritualidade.

A cada viagem para as missões na América do Sul, as Casas Professas funcionavam como centro de triagem e capacitação. Os recursos advindos das missões ultramarinas e das ações em solo europeu eram disponibilizados para aquisição de mercadorias (materiais gerais, ferramentas, vestuário, livros, elementos de liturgia, materiais para botica, etc.). A partir destas compras, os recursos eram encaminhados à Cádiz, onde, através de um representante comercial (no caso, Marquês de Casa Madri), se processavam os

[26] Diferentemente dos colégios jesuítas, que podiam aceitar doações ou cobrar taxas para a educação.

trâmites de despacho na Casa de Contratação, além de estabelecer um valor de seguro para as cargas.

O processo de liberação das embarcações dependia de resolução do Rei espanhol, tornando as viagens dependentes da burocracia estatal espanhola. Para uma viagem transatlântica, os procedimentos de desembaraço de cargas e gentes podia estender-se por até oito meses, mesmo considerando que a época favorável para navegar de Cádiz para Buenos Aires era coincidir com datas entre meados de outubro até o início de dezembro.

Para esta expedição, a barca *Duc de Chartres* devia atender "*as disposições do Rei espanhol ... limite de 200 toneladas, porém os fretadores, ..., recorriam a fraudulentas manobras para enganar a fiscalização*". A ação dos fretadores faz reduzir de 24 para 12 canhões, bem como utilizar espaços do *deck* superior para abrigar jesuítas, para aumentar a área de cargas.

Dada a conturbada relação entre Espanha e Inglaterra, aliada às ações de corsários, de *privateers* e da Companhia (inglesa) Mares do Sul, as embarcações eram autorizadas por *Carta de Marca*, a atacar/defender-se de navios (mercantes ou de guerra) inimigos. Nos registros de naufrágios, antes desta viagem, constatava-se que estiveram envolvidos cerca de 113 jesuítas, "*una buena parte dejó sus vidas en el Atlántico Sur*".

Companhia de Jesus na Espanha

Para completar o quadro de jesuítas[27], coadjutores[28] e escolásticos[29], Haymhausen usou suas

[27] Todos os jesuítas (padres, irmãos/coadjutores e escolásticos) faziam três votos religiosos habituais - **pobreza, castidade e**

relações de parentesco com as monarquias europeias para atuar junto aos jesuítas espanhóis que, em 1743, usavam Casas Professas da Companhia de Jesus, localizadas nas principais cidades do reino espanhol, com grande influência e densidade populacional, como **Madri, Sevilha, Cádiz, Toledo, Salamanca, Zaragoza e Valência.**

A viagem dos jesuítas desde o centro-norte da Europa, em guerra[30], até a baía de Cádiz, no extremo sul da Espanha, demandou longos meses.

A Espanha priorizava as ações na Paracuaria, contando com o acesso pelo porto de Buenos Aires. A estrutura missioneira dos jesuítas espanhóis era bastante diferente dos seus pares germânicos. Na década de 1740 ocorria um recrudescimento de ações contra os nativos, pois havia falta de mão-de-obra para atender as *encomiendas*, as minas de Potosí e as fazendas de produção agrícola (como açúcar, erva-mate e fumo) e de produção pecuária (como couros, crinas, chifres, etc.).

---

obediência. Os Padres professos faziam voto adicional e perpétuo - **obediência direta ao Papa.**

[28] Também chamados de Irmãos Jesuítas, eram leigos consagrados a servir a Deus e à Igreja dentro da estrutura da Companhia de Jesus, usando seus talentos e sua vida para o trabalho apostólico, sem a função sacramental do sacerdócio.

[29] Membros iniciantes da Companhia de Jesus, que, em sua formação, adotavam a **escolástica (**corrente filosófica que buscava conciliar a fé cristã com a razão, utilizando a lógica e o pensamento aristotélico).

[30] A Guerra do Asiento (1739-1748) e a Guerra de Sucessão do Trono Austríaco (1740-1748) limitavam a circulação por terra (na Europa) e por mar (Mediterrâneo e Atlântico Norte). Isto determinou, para alguns jesuítas, uma viagem, da Bavária a Cádiz, de até 2.472 km, por via terrestre.

Dentre os recrutados dos jesuítas espanhóis, estava o padre Juan de Ravenal SJ, indicado como Procurador Geral substituto no Chile, enquanto permanecesse Haymhausen na Europa. O padre Ravenal será um dos que deixará sua vida no naufrágio do *Duc de Chartres*.

Companhia de Jesus na Paracuaria

Em 1740, as missões jesuíticas na região que abrangia a Paracuaria (o atual Paraguai, o nordeste da Argentina, o centro-oeste do Uruguai e o sul do Brasil – Figura 3) estavam no auge do seu desenvolvimento, mas também enfrentavam crescentes pressões políticas e conflitos territoriais.

Figura 3. Missões na Paracuaria, em 1740

Fonte: https://studhistoria.com.br/qq-isso/

As reduções jesuíticas eram comunidades indígenas autossuficientes e altamente organizadas,

funcionando como um *Estado dentro do Estado*, o que gerava descontentamento entre as autoridades coloniais espanholas e portuguesas, bem como entre os colonizadores locais (*encomenderos*)[31] que desejavam dispor da mão-de-obra dos nativos.

Cada missão podia abrigar milhares de indígenas guarani catequizados, com uma organização social, cultural e econômica administrada pelos jesuítas. As missões eram frequentemente alvo de ataques de bandeirantes portugueses em busca de escravos indígenas, o que levou à organização de milícias guarani para defesa, com a permissão da Coroa Espanhola.

A intensificação na disputa territorial entre as potências ibéricas já ocorria desde o enclave representado pela Colônia do Sacramento. A situação se tornaria ainda mais crítica nos anos seguintes, culminando na assinatura do Tratado de Madrid em 1750, que redesenhou as fronteiras do Brasil meridional.

As missões jesuíticas, embora prósperas e bem estabelecidas, estavam inseridas em um cenário geopolítico complexo e instável. A necessidade, de mais sacerdotes jesuítas, coadjutores e escolásticos, determinou que o Procurador Geral Provincial do Paraguai (padre Juan de Escandón, S.J.)[32] demandasse a

---

[31] Um *encomendero* era um colonizador espanhol (fidalgo ou conquistador), **titular de uma** *encomienda* (sistema de concessão territorial implementado pela Coroa Espanhola). Ao *encomendero* se concedia o direito de **cobrar tributos** (na forma de bens ou de trabalho) de indígenas que viviam em sua área de concessão.

[32] O papel de Procurador Geral era administrar a Província Jesuíta e representá-la perante as autoridades metropolitanas (jesuítas espanhóis referenciavam a Madrid e ao Papa em Roma), prestando

seu colega Procurador Geral do Chile[33] que intervisse junto à Igreja, às Casas Professas e ao Rei espanhol para suprir parte de suas necessidades de recursos humanos e recursos materiais.

Dos 15 sacerdotes jesuítas, embarcados na barca francesa *Duc de Chartres*, treze morreram, incluindo os seis que se destinariam às missões da Paracuaria, no naufrágio ocorrido, em 11/01/1744, na costa sul-rio-grandense.

A Casa de Contratação

Era um órgão estatal espanhol para administrar todo o comércio e a navegação entre a Espanha e suas colônias nas Américas. Juntamente com o Conselho das Índias, era um dos principais pilares da administração colonial espanhola na Europa. Suas principais funções incluíam o controle do comércio, a arrecadação de impostos, a organização de expedições e o controle de pessoas e de mercadorias. Originalmente foi sediada em Sevilha, mas transferida para Cádiz em 1717 devido ao melhor acesso marítimo.

Quando das reformas de Felipe V foi criado um sistema de Secretarias de Despacho, que se destinavam a agilizar o controle. Assim nascem cinco Secretarias, com *status* de ministérios: de Marinha e Índias, do Estado e

contas da circulação de bens, livros e a defesa dos interesses das missões.

[33] O Procurador Geral do Chile (jesuítas germânicos) se referenciava à Bavária e ao Papa em Roma.

Negócios Estrangeiros, da Fazenda, da Justiça e de Guerra. O Secretario de Marinha e Índias tinha a seu encargo, desde 1717, todos os assuntos governamentais e econômicos relativos às Américas, relegando o Conselho das Índias ao papel de tribunal supremo em matérias judiciais e órgão consultivo para problemas de caráter econômico e de governo.

Especialmente entre 1740 e 1756, institui-se um sistema de *navios de registro*[34], como alternativa aos comboios, durante a Guerra do Asiento. Estes *navios de registro*, mesmo sob controle do Estado, gozavam de maior liberdade e facilidade para o contrabando, do que em comboios.

Com a previsão de enfrentamentos com a Inglaterra e sua poderosa armada, a Espanha buscou fortalecer sua Armada, visando a proteção do tráfego marítimo no Caribe e Atlântico Norte, pois nesta rota circulavam os *navios de tesouros*[35]. A rota para escoar a prata - Buenos Aires-Cádiz, expunha os navios à ação de corsários ou da Companhia dos Mares do Sul. A opção por portos peruanos, além de ampliar significativamente o tempo de viagem, obrigava os navios a trafegar pelo Estreito de Magalhães, infestado de embarcações

[34] Navios mercantes autorizados pela Coroa Espanhola, nos séculos XVII e XVIII, para navegar entre Espanha e América, visando agilizar o comércio colonial. Era uma forma de controle burocrático para fluxos comerciais, inclusive de escravos, registrando entradas e saídas de pessoas e de mercadorias.

[35] A frota do tesouro espanhola/Frota das Índias Ocidentais era um sistema de comboios em determinadas rotas marítimas organizado pelo Império Espanhol de 1566 a 1790, para proteger mercadorias e recursos metálicos (como ouro e prata).

inglesas, holandesas e até portuguesas, recaindo outra vez no Atlântico Sul.

O monopólio gaditano surge como consequência de fatores geográficos, políticos e económicos-comerciais.[36] O porto de Cádiz era muito mais adequado que o de Sevilha, para o recebimento das grandes naves que realizavam o comercio para as Índias Ocidentais. Para chegar à Sevilha, as naus passavam pela barra de Sanlúcar, com grandes dificuldades de manobra, depois navegavam pelo rio Guadalquivir, que não dava calado para barcos que levassem mais de 600 toneladas de carga

Estes fatores, contrários ao porto de Sevilha, indicavam Cádiz como porto ideal de saída e de chegada dos comboios das Índias Ocidentais. Embora Cádiz carecesse de defesas frente a possível ataque estrangeiro, era o centro comercial do tráfego das Índias, com a maioria dos comerciantes ali estabelecida desde o século anterior.

O traslado da *Casa de la Contratación* tinha conotação de fundo político-econômico, pois oligarquias das duas cidades pretendiam obter favores do Rei para manter ou trasladar esta instituição, sendo que uma série de *serviços pecuniários* (recursos financeiros) foram aportados, pela cidade de Cádiz e seus comerciantes, à Coroa. [37]

Em Cádiz havia um Intendente, subordinado ao Cabildo da cidade, que era encarregado de suprir as necessidades do porto. O Intendente escolhia uma pessoa para a supervisão de tudo que se relacionasse

[36] ALONSO DIEZ (2019), p.355, 357-358.
[37] ALONSO DIEZ (2019), p.357-358.

com o porto gaditano.[38] Entre suas atribuições estava o encargo de comprar os materiais e petrechos necessários para as atividades portuárias, nomear sua equipe de oficiais e *jornaleros* e fazer uma *libranza*[39] de gastos a cada final de semana. Era a pessoa encarregada de gerir os assuntos portuários e que prestava conta das ações ao Conselho das Índias em Madrid.

Com o traslado da Casa de Contratação para Cádiz, a Intendência de Marinha assumiu como competências: supervisionar as saídas de embarcações e coordenar todas as operações portuárias. A decisão para outorgar licenças de toneladas aos proprietários de barcos e fazer cumprir as ordens da Administração Central sobre os *excessos de toneladas*, assim como a relação direta com os despachantes, a promulgação de ordenanças, disposições e ditames para mestres e pilotos foram mantidas por até 1790.

Uma prática marcante, no período, foi o de registro de pessoas e mercadorias realizado por juízes oficiais da Casa de Contratação, pois era de grande transcendência para a Fazenda Real. O comercio colonial era a base da riqueza do Estado e de onde se esperava extrair os recursos necessários para que a Coroa espanhola recobrasse seu protagonismo no cenário internacional.

---

[38] SOLANA (1996), p.69-78.

[39] Definições da *Real Academia Española*: *jornalero* - pessoa que trabalha a jornal [por jornada ou diária ou tarefa]; e, *libranza/livrança* - ordem de pagamento, geralmente por carta, contra quem detinha recursos/ fundos, equivalente à letra de cambio.

A Casa de Contratação e a Cia de Jesus

A Companhia de Jesus obteve a autorização do Rei espanhol para "*el despacho continuado de mercantes fletados de porte no superior a las 200 toneladas (para evitar su apresamiento por buques británicos)*".[40] Independentemente da liberação real, os trâmites na Casa de Contratação, em Cádiz, eram demorados. Durante a longa espera pela partida, que poderia chegar a mais de um ano, os jesuítas *se alojavam no "Hospicio de Misiones Nuestra Señora de Guadalupe"*, além de contarem com outras instalações no porto de Santa Maria de Cádiz, "*con 80 habitaciones para todos los misioneros que partieran a Indias. Allí practicaban los Ejercicios Espirituales, … comenzaban a estudiar las lenguas indígenas de sus destinos, …"* [41]

O enorme sistema burocrático, enfrentado pelo Padre Procurador, atrasava a liberação de *passes* para a América. "*Una vez que los obtenía, la Casa de Contratación le entregaba el pago del malotaje (provisiones de alimentación), avío (vestuario, colchón, almohadas y frazadas para el viaje), etc.*[42] *Los gastos efectivos del viaje eran abonados por el Rey, en virtud del patronato regio, por el cual les concedía la exigua suma de uno o dos reales por día y por religioso*". [43]

[40] MONROY (2011), p.58
[41] PAGE (2007), p.12.
[42] *Malotaje*: fardo/saco para acondicionar provisões de uso individual. *Frazadas*: cobertas/cobertor.
[43] PAGE (2007), p.12-13.

A Casa de Contratação e os espanhóis (mercadores e militares)

A base de operações jesuíticas na Andaluzia contatou Marquês de Casa Madri para intermediar as operações junto à Casa de Contratação. Os comerciantes espanhóis, da mesma forma, para as cargas destinadas a Buenos Aires, usando, em Cádiz, armazéns para estocar produtos. *"Los efectivos materiales … necesitaban de la aprobación y permiso de las autoridades, describiendo cada uno de los cajones, su contenido y destino".*[44] A declaração de mercadorias, depois de minucioso controle das autoridades reais, poderia ser considerada inválida e as mesmas apreendidas.

Para a viagem de Cádiz a Buenos Aires foi fretada uma barca francesa - *Duc de Chartres*, com capacidade para 204 pessoas e 300 toneladas, podendo ser armada com 12 a 24 canhões, dependendo do contrato como nau de guerra ou navio mercante ou navio de corso. A retirada de canhões ampliava a capacidade de carga, o que não era incomum, pois a necessidade de retornos econômicos estava na relação direta dos volumes transportados nas viagens de ida e volta.

As disposições do Rei espanhol previam limite de 200 toneladas, porém os fretadores, como no caso do Marquês de Casa Madrid, recorriam a fraudulentas manobras para enganar a fiscalização, pois colocavam enchimentos de madeira, passadiços, guarda-corpos e

[44] PAGE (2007), p.13.

deques, "*... colocados com artificiosa simulação e natural imitação*".[45]

No caso do *Duc de Chartres*, as alterações foram feitas em Cádiz *por ordem do fretador*, o que permitiu atingir 273 toneladas, ou seja, 37% acima da capacidade estabelecida (200 toneladas) pela regra real, mas dentro da capacidade projetada de 300 toneladas do navio.

O anúncio de saída de navios dinamizava uma variada gama de atividades, pois os escrivães incrementavam seu trabalho com a elaboração de testamentos dos que estavam por embarcar, delegação de poderes para *vecinos*[46], vendas para liquidação de seus bens ou parte deles. Se preparavam carne salgada, toucinho, carne de porco curada/defumada e outras provisões de boca/alimentos.[47]

Para compor a carga, que incluía produtos alimentícios (trigo, cevada, manteiga, toicinho, queijo, azeite, vinho, aguardente, chá, tabaco, carne salgada, batatas, frutos secos, figos, cítricos (limões e laranjas)), produtos têxteis e derivados (cobertas, colchas, almofadas, algodão, vestimentas, uniformes, vestidos) até produtos de couro (botas, sapatos).[48]

Essa enorme movimentação retroportuária, de meses antes, implicava em constantes atritos com as alfândegas, que, após muitas revisões, deixavam sair os carros que levavam apetrechos para Madri, Sevilha e Cádiz. Ainda assim, no portão de cada cidade "*se lembravam que ainda faltava a principal assinatura, ... gorjeta*

[45] URQUIJO (2003), p.101.
[46] Diccionario de la RAE: "*aquel que tiene casa y hogar en un pueblo, y contribuye a las cargas o repartimientos, aunque actualmente no viva en él*".
[47] URQUIJO (2003), p.98-99.
[48] OTERO LANA (2004), p.111.

daqui e gorjeta para lá, ... Propinas sobretudo a funcionários reais alta categoria, para lubrificar o sufocante burocratismo e obter os despachos necessários".[49]

A Casa de Contratação e a autorização de viagem

A autorização de despacho, de três barcos franceses *Duc de Chartres*, *Hector* e *San Francisco de Paula* **ou** *Santiago*[50], ocorreu em meados de junho para viagem em fins de 1743. Para evitar que fossem interceptados pelos navios britânicos[51] que patrulhavam aquela zona de mar, havia "*una gratificación de 300 pesos a los comandantes de buques de guerra franceses y holandeses, a fin de que los convoyaran*". [52/53]

Foi neste ambiente que se armou a *Duc de Chartres* para uma viagem desde o porto gaditano de Santa Maria até América do Sul, transportando, além da tripulação de franceses; religiosos, irmãos-coadjutores e escolásticos da Companhia de Jesus selecionados pelo PJ Haymhausen; passageiros militares (Governador e Capitão do porto de Buenos Aires - D. José de Arce, com seu séquito, para substituir a D. Miguel de Salcedo) e comerciantes espanhóis.

---

[49] BRUXEL (1958), p.57.
[50] URQUIJO (2003), p.124; e, PAGE (2007), p.47.
[51] MONROY (2011), p.48. "*… una escuadra de ocho navíos* [britânicos], *para patrullar las rutas de Cádiz e interceptar cualquier navío español que surcara esas aguas* [Caribe e Atlántico] …".
[52] MONROY (2011), p.59.
[53] BORBA (2025), p.34. Os britânicos, com base na cláusula do *navio permitido* e de *assento de escravos*, instituíram a Companhia dos Mares do Sul para explorar o comércio em todos os portos coloniais das Américas, com respaldo da *Royal Navy*.

A ocupação da margem austral do Rio Grande de São Pedro

Na conexão regional, eclode a *Guerra Luso-Espanhola*, entre 1735 e 1737, no rio da Prata, com disputas por territórios, envolvendo ocupações/desocupações da Colônia do Santíssimo Sacramento e de Montevidéu, ao que se aliam problemas na governadoria (D. Miguel de Salcedo) de Buenos Aires e o imediato estabelecimento do Forte Jesus Maria José (1737), na ocupação da margem austral do Rio Grande de São Pedro.

Nos primórdios do Rio Grande, a Comandância Militar foi ocupada pelo Brigadeiro Silva Pais (de 19/2/1737 a 11/12/1737), substituído pelo Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho (de 11/12/1737 a 22/12/1740), que além de exercer a comandância militar do Presídio Jesus Maria José, com ampliação de poderes, governou a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, assim como seu sucessor, o Coronel Diogo Osório Cardoso (de 22/12/1740 a 17/01/1761).[54]

Deste intervalo temporal estão mantidas, no Arquivo Ultramarino[55], algumas das correspondências entre o Brigadeiro José da Silva Paes, o Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho e o Coronel Diogo Osório Cardoso com o Governador e Capitão-General do Rio Janeiro Gomes Freire de Andrade e com o Cardeal da Mota, em Lisboa.

---

[54] SOUZA DOCCA (1954). p.152-153.

[55] Disponíveis na Biblioteca Nacional – Divisão de Obras Raras e Publicações.

De 24/02/1737, o Ofício, de Silva Pais a Gomes Freire, relatando a viagem de Maldonado, na Banda Oriental, ao Rio de São Pedro; as difíceis condições de navegação, de entrada e de desembarque no porto; o encontro com o coronel Cristóvão Pereira; a exploração da região; a construção de defesas para o porto; e, solicitando o envio de padres e de provisões, mantimentos e vestuário para os soldados.[56]

Em 12/3/1737, Ofício, de Silva Pais a Gomes Freire, sobre as medidas necessárias para a conservação do porto do Rio Grande de São Pedro: criação de duas povoações; necessidade de vigários, de casais de colonos das ilhas, de embarcações; solicitando o envio de alimentos, roupa e sapatos; informando sobre a realização da primeira missa; e, propondo para patronos Jesus, Maria, José e São Pedro e para o cargo de Governador, o Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho.[57]

A 23/3/1737, Ofício, de Silva Pais a Gomes Freire, sobre a necessidade de práticos para a entrada de embarcações no porto; de ferramentas e materiais de construção para a fortaleza; de uma bandeira e vestuário para os soldados; e, pagamento dos dragões.[58]

De 12/4/1737, Ofício, de Silva Pais a Gomes Freire, sobre a decisão de não tentar tomar a Fortaleza de Montevidéu; a segurança da fortaleza [do Rio Grande]; o transporte e a necessidade de um prático para a barra do Rio Grande.[59]

---

[56] AHU-Rio Grande do Sul, cx. 1, doc. 7; AHU_ACL_CU_019, cx. 1, D. 4.
[57] _____, cx. 1, doc. 9; AHU_ACL_CU_019, Cx. 1, D. 6.
[58] _____, cx. 1, doc. 10; AHU_ACL_CU_019, Cx. 1, D. 7.
[59] _____, cx. 1, doc. 11; AHU_ACL_CU_019, Cx. 1, D. 3.

A 22/4/1738, Ofício, de André Ribeiro Coutinho a Gomes Freire, sobre o governo do Rio Grande de São Pedro e a exploração da barra e da Lagoa da Mangueira.[60]

De 12/6/1738, Ofício, do Sargento-mor do Regimento de Dragões do Rio Grande de São Pedro, Manuel de Barros Guedes Madureira, a Gomes Freire de Andrade, sobre as companhias do regimento, a que faltam 120 homens, e dando conta da insatisfação geral com o governo de André Ribeiro Coutinho.[61]

Em 28/7/1738, Ofício, do Sargento-mor do Regimento de Dragões, Manuel de Barros Guedes Madureira, a Gomes Freire de Andrade, sobre a falta de treino dos soldados, ocupados pelo comandante militar a abrir valas e em ofícios mecânicos e sobre os excessos do comandante militar.[62]

No dia 18/8/1738, Ofício, de André Ribeiro Coutinho a Gomes Freire de Andrade, remetendo documentos referentes à falta de cumprimento do regimento pelo maioral de Bogeru [Estância Real de Bojuru], demitindo peões da Estância; a condenação do artilheiro Jorge Gonçalves por induzir à deserção de muitos soldados; e, a prisão de escravos por roubo.[63]

Silva Pais, em Carta de 07/7/1741, dá conta à "*Vossa Majestade, em como tinha ido encalhar ... três léguas ao sul da vila da Laguna, uma nau de guerra espanhola*".[64]

---

[60] _____, cx. 1, doc. 19 AHU_ACL_CU_019, Cx. 1, D. 20.

[61] _____, cx. 1, doc. 21 AHU_ACL_CU_019, Cx. 1, D. 23.

[62] _____, cx. 1, doc. 21 AHU ACL_CU_019, Cx. 1, D. 26.

[63] _____, cx. 1, doc. 16, 24 e 26 AHU_ACL_CU_019, Cx. 1, D. 29.

[64] TRUJILLO (2020), p.122. Deve tratar-se do navío Guipúzcoa, de 74 canhões, que "*integraba la escuadra de José Pizarro. Sufrió la rotura del*

Para salvar as vidas naquela praia, gastou-se mais do que o socorro que foi mandado para soldados, paisanos e comestíveis, "*e que visto se não poder salvar nada da carga, fizera conduzir a gente para o Rio de Janeiro, tanto por não poder manter ali, como por não testemunharem a miséria em que se acham aqueles soldados, e a falta da artilharia que há naquelas fortalezas* [do Desterro e do Rio Grande]".[65]

Gomes Freire, em Carta de 18/9/1741, expõe, ao Rei, o quanto necessitava de providências para completar as guarnições do Rio Grande e da ilha de Santa Catarina. Salienta que os soldados de Infantaria têm 80 réis de soldo por dia, sendo 40, pagos pelas Mesas de Rendas e outros 40 são retidos para as fardas. Ao fim de dois anos se fardam as tropas e se entrega, o resto que sobra. Esta importância dada junta consomem em desordens, e que seria melhor que se retenha somente 30 réis por dia.

A 08/4/1742, Ofício de Osório Cardoso a Gomes Freire, sobre a sublevação do Regimento de Dragões, que recusam obedecer aos oficiais enquanto não receberem o pagamento atrasado dos soldos, fardas e farinha; a prisão do capitão Tomás Luís Osório; e, a ajuda à guarnição da nau *Wager* da esquadra inglesa, que naufragou no Mar do Sul.[66]

No governo de Osório Cardoso ocorreu a Revolta dos Dragões (05/01/1742). Este Regimento, como tropas especiais de cavalaria ou infantaria, foi originalmente destinado à Colônia do Sacramento, mas com o

---

palo mayor y de una vela en su viaje al sur y debió regresar. Naufragó frente al Brasil: se salvaron 400 hombres".

[65] Documentos Históricos do Conselho Ultramarino (1726-1756). Vol. XCIV. p.79-130.

[66] _____, cx. 1, doc. 27 AHU_ACL_CU_019, Cx. 1, D. 42.

armistício acabou desviado para as instalações de São Pedro do Rio Grande, embora as precárias condições de abastecimento, pelo difícil acesso, por mar ou por terra, e ao relativo abandono pela Coroa lusa. As condições de sobrevivência de soldados e de povoadores eram limitadas, pois havia falta de tudo: "*de remédios, de igrejas, de tecidos, de cal, de pregos, de ferro, de telhas, de mulheres, de distrações, de moedas e de tijolos*".[67] Os soldos da tropa nunca eram pagos em dia (20 meses de atraso), não havia reposição de fardamentos (três anos) e a ração constituía-se de quinze espigas de milho e uma abóbora para duas semanas. O desfecho da revolta ocorreu a 15/2/1742, quando Gomes Freire de Andrade ratificou o perdão concedido por Osório Cardoso.

A situação no Rio Grande era limitada pela difícil Barra, levando às escassas abordagens de naus portuguesas de suprimentos. Em 18/9/1740, a Inglaterra movimentou uma frota de sete navios armados e dois de depósito, em constante vigilância para evitar confronto com as frotas (de guerra e de corso) espanholas deslocadas para Buenos Aires e em operação na costa atlântica sul-americana. Um dos navios[68] perdeu-se da frota. Enfrentando adversidades climáticas e desconhecimento da região sofreu avarias e acabou encalhado em 14/5/1741. Após cinco meses vivendo na ilha e negociando alimentos com os nativos, os

[67] ALVES (1995), p.34-38.

[68] GODOY (2007), p.653. Corveta britânica, de 28 canhões, no rumo Sul, aportou na Bahia e, depois, no Rio de Janeiro, no ano de 1741. CRESPO (2008), p.232-244. Uma frota espanhola, entre 1741-1743, comandada pelo almirante José Pizarro, na mesma rota da frota britânica, não se encontraram, mas tiveram semelhantes peripécias nos mares do sul.

náufragos utilizaram os restos do navio para preparar uma embarcação para 72 pessoas e duas menores (que acabaram se perdendo). Aportaram, após muitas peripécias, em São Pedro do Rio Grande, em 28/01/1742, duas semanas após o acordo de encerramento da Revolta dos Dragões.

O registro deste acontecimento consta no ofício do Governador Osório Cardoso a Gomes Freire, informando que entraram neste porto, "*32 ingleses da nau Wager ..., recolhi ao meu quartel quatro oficiais, dois capitães e dois tenentes, ... mandei assistir aos marinheiros com farinha e carne, sem embargo da grande falta que há na terra, não lhes faltei hospitalidade*".[69]

Gomes Freire, em Carta de 17/5/1742, dá conta ao Rei sobre a desordem provocada no Rio Grande de São Pedro, com protestos pela falta de 20 meses de pagamento e três anos de farda. Com o ajuste entre o coronel Osório Cardoso e na esperança de que o Governador lhes confirmasse perdão e pagasse tudo o que se lhes deviam. Gomes Freire propõe remover, para outras praças, dois terços do regimento, pois receava que houvesse repetidos descontentamentos, "*tanto pela má qualidade de muitos soldados, que tem por vida a revolução, ..., como porque fiados na distância e situação intentavam ainda que sem causa*".

De 05/9/1742, Ofício, de Osório Cardoso, ao cardeal D. João da Mota e Silva, sugerindo a troca da Colônia [do Sacramento] pelo território que vai do Rio Grande de São Pedro até Castilho Chico, em Angostura.[70]

---

[69] ALVES (1995), p.44-45.

[70] _____, cx. 39, doc. 56 Doc.; e, ____, cx. 1, doc. 43.

No dia 07/9/1742, Ofício, de Osório Cardoso ao Cardeal da Mota, relatando o aparecimento de fogos no céu junto à fortificação e sobre a fertilidade da terra, que produz abundantemente frutas, legumes, hortaliças, cana de açúcar e tabaco, a abundância de peixe, o aumento das manadas de vacas, éguas, leitões, ovelhas; a necessidade de vinda de padres e de casais; sobre o atraso no pagamento dos soldos; e, a prisão do capitão Tomás Luís Osório no forte de São Miguel.[71]

A 19/8/1744, Ofício, de Osório Cardoso ao Cardeal da Mota, regozijando-se com as melhoras do rei; informando que se fez uma procissão pelo restabelecimento da sua saúde; agradecendo a libertação do capitão Tomás Luís Osório e sua nomeação para ajudante do Regimento de Dragões.[72]

De 20/8/1744, Ofício, de Osório Cardoso ao Cardeal da Mota, sobre a chegada de fardas, a falta de soldados para artilharia e infantaria; e, a necessidade de complementos de cavalaria. Solicitando o recrutamento de soldados e a vinda de casais que se acham no Rio de Janeiro e a doação de terras para o cultivo; comunicando a produção de vários tipos de grãos e frutas, o aumento de estâncias de gado, a venda de vacas pelos índios Minuanos; e, o naufrágio do navio francês Duque de Chartres, vindo de Cádiz para Buenos Aires, e o salvamento dos passageiros. Anexo: relação do armamento, lista de passageiros do navio francês, relação de fazendas que se acharam na praia e certidão.[73]

---

[71] _____, cx. 1, doc. 39; e, _____, cx. 1, D. 44.
[72] _____, cx. 1, doc. 46; e, _____, cx. 1, D.48.
[73] _____, cx. 1, doc. 46; e, _____, cx. 1, D. 49.

O naufrágio da barca francesa *Duc de Chartres*[74], em janeiro de 1744, enquadrou-se numa ponta deste imenso e emaranhado contexto de políticas de relações exteriores, de ações religiosas (da Companhia de Jesus[75]) e de interesses comerciais e expansionistas das principais potências econômicas europeias.[76]

Quando da ocorrência do encalhe e naufrágio na costa sul-rio-grandense, as condições locais de povoamento eram incipientes, desde a Laguna/Santa Catarina até São Pedro do Rio Grande, e basicamente formada por uma estrutura lusitana de *postos de guarda* e de *estâncias* dispersas para ajuntamento de gados, mas eram os únicos pontos com alguma ocupação de gentes, que atuavam no circuito exploratório das *vacarias do mar* e no avanço luso em terras de Espanha.

As guardas portuguesas e a base político-militar de São Pedro do Rio Grande permitiram resguardar as informações do naufrágio. Da Carta do padre Melchor Strasser S.J. consta a descrição da viagem desde a partida da baía de Cádiz, pelo porto de Santa Maria, em 08/11/1743, permeada com as preocupações de ataque de corsários, até o relato dos fatos que concorreram para o naufrágio na *Costa Brava e Desastrosa*. Depois, as etapas da marcha, em direção ao Sul, através da praia, com dunas, banhados, arroios e lagoas, a partir da latitude

74 TRUJILLO (2020), p.124.

75 SALINAS (2020), p.47. Sobre a existência da Cartas Ânuas, que narram acontecimentos de 1730 a 1745: (a) 1730-1735: no Arquivo Romano da Companhia de Jesus (ARSI), *Paraquariae historia*, tomo 13, ff. 43-87; e, (b) 1735-1745: também no Archivum Romanum Societatis Iesu (ARSI), *Paraquariae historia*, tomo 10, ff. 1-383.

76 BORBA (2025). Ver Cronologia, p.115-116.

sul 31°, passando por Bojuru, Estreito e Banda do Norte, até chegar a São Pedro do Rio Grande da Banda do Sul.[77]

Do relato do comandante militar de São Pedro do Rio Grande, Coronel Diogo Osório Cardoso, ficaram os informes das ações desenvolvidas para abrigo aos náufragos, das providências adotadas para uma *investigação* no local do sinistro e o trabalho realizado para *recuperação* de [**ínfima**] parte das tralhas dos jesuítas, dos tripulantes franceses, dos comerciantes e dos militares espanhóis (entre os quais estava o Governador designado para o porto de Buenos Aires), e uma relação com a identificação de alguns sobreviventes (*salvados*) e alguns dos desaparecidos (*mortos*).

A 28/02/1751, Ofício do padre jesuíta Francisco de Faria, a Gomes Freire, solicitando a construção de um hospício e informando sobre a grave doença do comandante militar, coronel Diogo Osório Cardoso; a situação de pobreza dos habitantes; a falta de médicos; a conduta incorreta do provedor da Fazenda Real; e, elogiando o comandante militar pela sua contribuição na formação do Rio Grande, contraindo dívidas para amparar os pobres.[78]

De 01/02/1752, Consulta do Conselho Ultramarino[79] ao rei D. José sobre a nomeação para o posto de tenente-coronel do Regimento de Dragões do Rio Grande de São Pedro. Foi nomeado o capitão Tomás Luís Osório.

---

[77] BORBA (2025). Ver Cronologia, p.119-121.

[78] _____, cx. 2, doc. 3; e, ____, cx. 1, D. 71.

[79] _____, cx. 2, doc. 9 e 18; Rio de Janeiro, cx. 48, doc. 105; e, _____, cx. 1, D. 75.

Personagens do Naufrágio na Costa Brava e Desastrosa

Melchor Strasser (1711-1779)

Padre Melchor Strasser, S.J.[80], nasceu, em 01/10/1711, em Finsing/Bavária. Ingressou na Companhia de Jesus em 1736. Fez sua trajetória jesuítica na Europa até 1743, quando foi cooptado pelo Padre Karl von Haymhauser, com anuência da Província Germânica Superior, após a aprovação de sua *indipeta*, para integrar as missões na Província do Chile.

Chega a Santiago de Chile em 1744, após ter seu navio naufragado na costa sul-rio-grandense, com uma expedição de missionários que se destinava ao Paraguai e ao Chile. Alguns sobreviventes chegaram à praia e após algumas peripécias alcançaram o Rio Grande de São Pedro. Em Carta[81], ao Provincial Jesuíta da Germânia, ele relatou os eventos, desde sua partida de Cádiz/Espanha, o naufrágio, o percurso por terra até o Rio Grande de São Pedro, e, seu traslado para Montevidéu, Buenos Aires e Chile.

Na saída de Cádiz,

> *"... corríamos perigo de virar o barco e de perecer nas ondas, que nos batiam e nos acometiam ferozmente por um lado da embarcação, que* ***levava demasiada carga e além disso mal distribuída****. Depois que se remediou este perigo por uma distribuição melhor das mercadorias, ..."* [82]

[80] BRAÑES et al (2019), p.247-268.
[81] BORBA (2025). Coleção Rio-grandense n° 131. Anexo 1, p.122-142.
[82] BORBA (2025). Coleção Rio-grandense n° 131. Anexo 1, p.122-142.

Na fase final da viagem pelo Oceano Atlântico,

> *"... até o dia 10* [10/01/1744]*, sempre em alto mar e avançando com rapidez. Como já havíamos passado a Ilha de Santa Catarina, passando os 27° de latitude Sul, o Capitão deu ordem de parar, ..."* [83] *"El capitán* ***ordenó parar la marcha ante el rumor de que dos barcos ingleses los interceptarían*** *más adelante. Quiso buscar un refugio y confirmar esa noticia, pero esa misma noche* ***se acercaron demasiado a tierra y las fuertes olas comenzaron a sacudir la nave****".*[84]

No dia 11/01/1744,

> *" ... pelas quatro e meia da madrugada, uma onda ... penetrou com grande fúria em seu interior. ... fui eu o primeiro que, em nosso compartimento, dei-me conta do perigo, e gritei em voz alta:* ***Naufrágio! Confissão e penitência!****"* [85]

Num ato de fé,

> *"Tripulantes, viajeros y religiosos a bordo rezaban, implorando al auxilio divino. En un momento, los jesuitas sumergieron en el mar embravecido una reliquia del apóstol San Matías, para encalmar las huelas".*[86]

A orientação do capitão do navio,

> *"Devíamos cortar o mastro grande e o da popa, e* ***atirar, à agua, os canhões do lado em que se inclinava a embarcação, para assim reestabelecer o equilíbrio do navio****. ... Visto que nem isto surtiu efeito algum, voltou-se o comandante ..., pronunciando as fatídicas*

[83] BORBA (2025). Coleção Rio-grandense n° 131. Anexo 1, p.122-142.
[84] URQUIJO (2003), p.97.
[85] BORBA (2025). Coleção Rio-grandense n° 131. Anexo 1, p.122-142.
[86] BASCUÑÁN (1993), p.8-9.

palavras – ***Agora salve-se cada qual como puder!***" [87]

A chegada à praia,

"Faltavam somente uns sete passos para tocar em terra. Da praia correu um para nos ajudar ... as furiosas ondas descarregaram o resto de seu furor contra nós, ... Pusemos nela os pés, pelas 9 horas da manhã, ... O terceiro e último transporte chegou à praia pelas duas horas da tarde, ..." [88]

Nos dias seguintes,

"Pelas 3 horas da madrugada, era domingo [12/01]*, a arrebentação, numa última e furiosa acometida varreu todo o navio, arrancando o deque superior."* [89]

" ... ocupamo-nos nos dias 12 e 13 [01/1744]*, parte em enterrar os mortos que o mar arrojava à praia, parte em recolher víveres que o mar havia varrido do interior do navio e vinha atirando sobre a praia".*

Sobre a desilusão de não encontrar nada

"A praia, a que tão milagrosamente chegamos depois do naufrágio, era arenosa, ... exposta a muita borrasca e constante açoite do mar, pois em parte alguma achamos rastro de homens ou de animais. .... Temíamos morrer de fome neste deserto. E, se o mar não se mostrasse generoso, nos subministrando os alimentos que haviam ficado no porão do navio encalhado, ...".

Sobre a constatação de que estavam

" ... numa ***região desabitada e desconhecida****. Resolveu-se enviar imediatamente uma expedição terra a dentro, para examinar a*

[87] BORBA (2025). Coleção Rio-grandense n° 131. Anexo 1, p.122-142.
[88] BORBA (2025). Coleção Rio-grandense n° 131. Anexo 1, p.122-142.
[89] BORBA (2025). Coleção Rio-grandense n° 131. Anexo 1, p.122-142.

> *região ... verificar se havia feras e selvagens, ou entre cristãos portugueses, ou o que* ***parecia mais provável, numa ilha desabitada****. O capitão e o piloto afirmaram que se tratava de uma ilha desabitada, por haver-nos sobrevindo* ***a desgraça entre os graus 30 e 31 de latitude Sul****. Julgavam que, segundo algumas cartas, a Ilha de Santa Catarina ficava ao norte e o Rio Grande ao sul".*

Em relação às perdas materiais

> *" ... no porão, onde* ***se amontoavam as mercadorias e a rica provisão da missão*** *do Chile, ainda não haviam penetrado. ... jaziam amontoados muitos barris, caixas e baús, em parte destruídos, em parte ainda intactos, ..."*

Quanto à ausência de gentes

> *Víamos ante de nós uma manada de animais, um banhado profundo e um bosque de palmeiras. Não descobrimos rastro algum de homem ou de casa humana. Por isso não nos atrevemos a penetrar mais terra a dentro,*

Na divisão dos sobreviventes (rumo norte e rumo sul)

> *Tanto os franceses como nós, demos nossas palavras de honra, para que aqueles que por fraqueza ou inchação das pernas não pudessem seguir viagem, de que, desde a primeira povoação em que topássemos, se lhes havia de mandar ajuda, e que todos seriam levados ao Rio Grande ou à Ilha de Santa Catarina".*

Sobre a praia e as etapas do percurso

> *"... tinha sempre uma largura de 50 passos* [cerca de 15 m] *e a areia não era movediça. As jornadas que fazíamos eram reduzidas e constavam só de umas quatro léguas* [cerca de 20 km]*, porque estávamos muito carregados".*

Até o sexto dia de marcha [23/01/1744]

> *"... ainda encontramos cadáveres de jesuítas e de seculares, que haviam sido nossos companheiros no navio. Mas já estavam tão decompostos, que não possível reconhece-los nem lhes dar sepultura pelo cheiro desagradável que exalavam.*

Do sétimo ao décimo dia de marcha

> *"... calculamos que, em breve, deveríamos encontrar o Rio Grande, que a juízo do piloto estaria a 30 léguas do ponto do naufrágio. Mas continuamos ainda o oitavo, nono e décimo dia de viagem e não encontramos nem rastro do Rio Grande que procurávamos".*

Finalmente

> *"Olhei com cuidado para todos os lados e vi ao longe uma pequena choupana coberta de palha. Minha alegria foi tão grande que gritei:* ***Casa! Casa!*** *Não me fiando do que via, gritei para que todos subissem a duna para ver aquilo. ... um homem se atreveu a sair ... nos deu a entender que estávamos em terras de portugueses, em uma choça da Guarda da Buchura* [90]*, em que costumavam abrigar-se um oficial com alguns soldados e índios, e que daí se podia andar em dois dias até o Rio Grande".*

Os sobreviventes do rumo norte também estavam na Buchura

> *"Os franceses, ..., depois de andarem um trajeto, na costa, de umas 30 léguas* [cerca de 40-45 km]*, chegaram a um sítio, chamado Guarda do Sena, onde toparam com um oficial e uma guarda portuguesa, referindo nossa lamentável sina e dos que haviam ficado na praia. O nobre cavalheiro se*

[90] Corresponde à localidade de Bojuru, na porção setentrional de São José do Norte.

dirigiu com alguns soldados ao sítio do naufrágio e levou todos os desamparados à sua guarnição e dali levou-os até Buchura e, juntamente conosco, até o Rio Grande.

Os sobreviventes no rumo do Rio Grande

"*Em 28* [28/01/1744] *partimos da Buchura e pela noite chegamos ao Estreito* [da Banda do Norte]. *No dia seguinte* [29/01/1744], *pelas 4 horas da tarde chegamos finalmente ao tão desejado rio. Cruzamos o rio sobre uma pequena balsa e, pelas 5 horas da tarde, chegamos à povoação do Rio Grande, na margem sul do rio. Neste ponto, Rio Grande se chama de Rio Grande de São Pedro*".

Sobre o retorno ao local do naufrágio

" *..., enviamos dois dos nossos companheiros ao sítio do naufrágio para ver se o mar havia arrojado à praia todo o carregamento, especialmente, o que estava encerrado no porão, que se destinava à missão do Chile. Voltaram, porém, com a triste notícia de que* ***na praia nada haviam visto nada de toda nossa bagagem, que, com tão crescido gastos, havíamos reunido na Europa****, e que, possivelmente, jazia no fundo do mar dentro do bojo da desventurada nau.*

Sobre a costa sul-rio-grandense

"*Toda a costa entre este Rio Grande e o sítio em que naufragamos não tem denominação alguma nos mapas terrestres ou marítimos, por ser desconhecida, mas sem ofensa alguma se poderia chamar de* ***Costa Brava e Desastrosa****,*

Sobre Rio Grande, conta ele que os habitantes relataram muitas dificuldades:

"*A comarca em que eles vivem atualmente era, ainda a sete anos, uma selva horrível e emaranhada na qual se refugiavam, além*

de inumeráveis papagaios, muitos tigres ferozes... Em cada casa é fácil encontrar uma ou duas peles de tigres, que colocam em cadeiras e assentos... [...] As casas, [escreve ele] são miseráveis... tanto o palácio do Governador como a nossa capela estão cobertos somente de palha. Os infelizes vizinhos não estão seguros por serem sepultados pela quantidade de areia que o vento muito forte acumula nos arredores".[91]

Sobre o Governador

"Devemos essa boa acolhida, em parte à liberalidade de S.M. Rei de Portugal e, em parte, ao Governador. S.M. tem ordenado a todos os seus oficiais reais destas partes, que a todos os náufragos se dê gratuitamente carne, farinha e pescado, ...

Ao Governador, entretanto, devemos agradecer tão amplo e cortês acolhimento, porque, com sua bondosa solicitude para com nossa Companhia de Jesus, nos regalava todo os dias, especialmente aos missionários, com muitas gentilezas e dádivas, sem levar-se por ordens reais

"Pouco antes de nossa partida para Buenos Aires nos adiantou 500 pesos para que pudéssemos nos refazer de vestimentas e provisões necessárias para a viagem.

Interpôs, também, seu valimento por nós junto ao Visitador Episcopal que, por nossa sorte, se encontrava em São Pedro, a fim de que nos permitisse celebrar a Santa Missa, ..."

Da Viagem terrestre a Montevidéu e o traslado a Buenos Aires

[91] **FRANZEN (2003), p.123-142.**

> *Para o sul, há outro São Miguel, chamado também Chuí*[92] *que dista somente três léguas* [15 km] *da povoação espanhola de Castilhos. Desde ponto até Montevidéu, que está na parte do Rio da Prata, há uma distância de quase cem léguas* [500 km]. *Desde Montevidéu à Buenos Aires, umas quarenta léguas* [200 km] *de distância; para onde, se Deus quiser, seguiremos em breve numa caravana de carretas, tiradas por bois".*

No final de 1744, Strasser já está no Chile, envolvido nas *missões circulares*, como em Chiloé. Entre os materiais associados a esta missão circular (*Missio chiloensis geographice descripta*), com um mapa da região de Chiloé. A ação missionária realizada entre setembro de 1757 e agosto de 1758, é atribuída aos padres Melchor Strasser e Johannes Meyer. O texto dá conta aos superiores da Ordem sobre a envergadura da missão circulante de Chiloé, bem como das tarefas dos missionários na complexa geografia do arquipélago na costa oriental do Chile.

Na *Missio chiloensis geographice descripta* há um mapa das ilhas e a rota da missão, para dar cumprimento ao trabalho evangelizador, além de informações etnográficas. O texto descreve cuidadosamente o percurso da missão na zona oriental de Chilé, começando e terminando em Castro.

P. Melchor Strasser, como reitor do colégio de Castro, propôs ao governador de Chiloé (Juan Antonio

[92] São Miguel situado na enseada/saco sul da Lagoa Mirim. Chuí (arroio ou guarda), no limite marítimo meridional sudeste do Rio Grande do Sul. FURTADO (1969, p.57), Chu'í é pequeno, com referência a animais. É também, com pequena modificação, *chue-y*, onde *chué* = tartaruga e *y*= água, rio, logo rio/arroio/riacho das tartarugas.

Carretón) uma expedição com 100 homens. Nesta empreitada, acompanhou-o o PJ Javier Esquivel, que fundou una missão em Ralún. Estabeleceram três refúgios: na ilha de Guar; numa paragem que chamaram *Nuestra Señora del Pilar de Calbutué;* e, por fim, num forte chamado de Gonzaga. Daí voltaram sem cumprir seu objetivo, mesmo que previssem um retorno na primavera vindoura. Não concretizaram a viagem.[93]

Padre Strasser faleceu em 1779, tendo cumprido 35 anos de atividade missionar no Chile.

Diogo Osório Cardoso

Nascido em torno de 1695 na vila de Cartaxo, distrito de Santarém/Portugal. Seguiu carreira militar, foi capitão de regimento em Alcântara/Portugal. Veio para o Brasil e em 28/11/1734 era capitão de regimento em Minas Gerais

Em 1736, no contexto do conflito entre Portugal e Espanha pela posse da região do Rio da Prata, integrou a missão portuguesa enviada para socorrer a sitiada Colônia do Santíssimo Sacramento, para retomar Montevidéu, destruir a frota espanhola no Rio da Prata e fundar colônias em Maldonado, na Banda Oriental, e na faixa austral do Rio Grande de São Pedro.

Cardoso foi nomeado coronel e comandante do Regimento de Dragões com a incumbência de instalar o Regimento em Sacramento. No entanto, o deslocamento dos dragões para a região causou discórdia entre as tropas portuguesas, alterando relações de poder e hierarquias já estabelecidas e gerando atritos com os

[93] PAGE (2013), p.29.

soldados rasos. Em vista disso, o governador do Rio de Janeiro os enviou para a Barra do Rio Grande, onde deveriam auxiliar o brigadeiro Silva Pais. No Rio Grande de São Pedro, fundado em 19/2/1737, por Silva Pais, *tudo estava por fazer*.

Osório Cardoso implantou o Regimento dos Dragões, no então forte/presídio Jesus Maria José, acompanhado por um grupo de dragões, entre os quais seus sobrinhos dragões (Francisco Coelho Osório, Tomás Luís Osório e José Antônio Cardoso Osório), mais dois capitães, dois tenentes, um ajudante, quatro alferes e cinco sargentos, oriundos de uma companhia de Dragões de Minas Gerais. O Comando da 1ª Companhia Dragões do Rio Grande foi entregue ao Capitão Cristóvão Pereira de Abreu e ao Tenente Francisco Pinto Bandeira.

A partir de 1738 foi criada a Comandância Militar do Rio Grande, com poderes administrativos sobre as ocupações portuguesas da época. O Regimento dos Dragões do Rio Grande[94] foi criado oficialmente em 05/01/1739 e Osório Cardoso continuou no seu comando, cabendo-lhe a organização do corpo. Por esta época, o governador André Ribeiro Coutinho caiu doente, e em 05/03/1739, Osório Cardoso assumiu como interino, tendo posse efetiva do governo civil e militar em 22/12/1740. Neste cargo ficará até 28/6/1752.

Osório Cardoso tomou posse sob circunstâncias muito difíceis. A penúria contrastava com as promessas da Coroa Portuguesa de garantia, aos povoadores e soldados, de toda infraestrutura e, até mesmo,

[94] ALVES (2010), p. 33-51.

distribuição de terras.[95] A população civil de colonos, que chegava, carecia de auxílio para se instalar e iniciar sua vida. Os soldados estavam insatisfeitos com as más condições gerais, o constante atraso no soldo e com a dura disciplina e os maus tratos impostos, gerando deserções ou resistência ao comando.

O território[96] ainda pertencia à Espanha, as relações entre as duas monarquias eram tensas e o temor de ataques permanecia uma preocupação constante. Além disso, em janeiro de 1742, os soldados se rebelaram, exigindo pagamentos atrasados, o fim dos castigos corporais, alívio de sua miséria, liberdade de movimento em suas folgas e uma reforma geral no modo como eram tratados. Este episódio ficou conhecido como a Revolta dos Dragões[97], sendo considerada a primeira revolta social do Rio Grande do Sul. Osório Cardoso tentou apaziguar os rebeldes com promessas de atendimento das suas reivindicações, mas a revolta só terminou em março de 1742 com a intervenção de Silva Pais, que veio de Santa Catarina para servir de mediador e pagou parte do soldo em atraso, trouxe mantimentos e suprimentos militares, e transmitiu o perdão real para os rebeldes.

Mesmo assim, o Conselho Ultramarino e o Governador do Rio de Janeiro se preocuparam com a dimensão da crise e tomaram medidas disciplinares. Os líderes e outros soldados foram transferidos para outros regimentos, foram dadas instruções para que a administração da colônia procedesse com justiça e

[95] ALVES (2010), p. 33-51.
[96] ALVES & TORRES (2016), p.
[97] TORRES (2008), p.10.

equidade e o rigor da disciplina fosse amenizado. A atuação de Osório Cardoso foi censurada, e seu sobrinho, o capitão Tomás Luís Osório, foi preso, conduzido ao Rio de Janeiro e submetido a uma devassa, mas acabou liberto e nomeado ajudante dos dragões graças às relações de Osório Cardoso com seus superiores, em especial o Cardeal da Mota. "*Era bem provável que, ao longo do tempo, as desconfianças demonstradas pelo Conselho Ultramarino a respeito da conduta praticada pelo capitão Tomás Osório e pela demora em Diogo Osório proceder, foram esquecidas ou relevadas. A dificuldade da Coroa em fornecer condições plenas para a boa gerência administrativa colonial, suprindo as necessidades básicas, colocava a Coroa em uma situação difícil. O afastamento desses indivíduos poderia contribuir ainda mais com a desordem em Rio Grande*".[98]

Em 1742 mantinha contínua correspondência com o Cardeal da Mota, relatando sobre a fertilidade da terra, que produzia abundantemente frutas, legumes, hortaliças, cana-de-açúcar e tabaco, a abundância de peixe, o aumento dos rebanhos de vacas, éguas, leitões, ovelhas, e encarecia a necessidade da vinda de padres e colonos.[99] Neste mesmo ano, recebeu os náufragos ingleses do *Wager*, dando-lhes acomodação e alimentos. O navio britânico HMS Wager[100], integrava a expedição de George Anson contra os espanhóis, no Atlântico Sul e Pacífico, naufragou em uma ilha remota na costa da

[98] GRÜNDLING (2022), p.30-44.

[99] Documentos Históricos do Conselho Ultramarino (1726-1756). Vol. XCIV. p.79-130.

[100] O *HMS Wager* era um navio da *Royal Navy*, com 28 canhões. Foi construído por volta de 1734 e fez duas viagens para a Companhia das Índias Orientais antes que *Royal Navy* o comprasse em 1739.

Patagônia após se separar do esquadrão. Sobreviventes chegaram ao Brasil, em 28/01/1742, contando uma história de heróis. Meses depois, outros chegaram ao Chile com uma narrativa de motim, traição e assassinato, forçando uma corte marcial.

Em 1744, em outra leva de correspondências ao cardeal da Mota. Numa, agradece a libertação de seu sobrinho (capitão Tomás Luís Osório) e sua nomeação como ajudante do Regimento dos Dragões. Em outra, relatava a chegada de fardas e a falta de soldados e de colonos, além do naufrágio da barca francesa *Duc de Chartres*.

Em relato de janeiro de 1751, o jesuíta Francisco de Faria informava, ao Governador do Rio de Janeiro, que Osório Cardoso estava gravemente doente; os habitantes da vila estavam na miséria; faltava médico; e, o provedor da Fazenda Real não se conduzia corretamente. Louvou o Governador Osório Cardoso "*pela sua contribuição na formação do Rio Grande, contraindo dívidas para amparar os pobres*".[101]

Em 28/06/1752, o tenente-coronel Pascoal de Azevedo assumiu o Governo do Rio Grande. Osório Cardoso faleceu nas imediações do Chuí, em 04/10/1752, meses após deixar o governo.

O Cardeal da Mota

João da Mota e Silva, o Cardeal da Mota[102], nasceu em Castelo Branco a 14/8/1685 (faleceu em

[101] Documentos Históricos do Conselho Ultramarino (1726-1756). Vol. XCIV. p.79-130.
[102] CARVALHO NETO (2018), p. p.92-113.

Lisboa em 04/10/1747). Filho de Amaro Dias e de Maria dos Santos, batizou-se na igreja de Santa Maria que se encontra dentro do castelo (em Guimarães) e teve como padrinho o bispo Frei Luís da Silva, que era bispo da Guarda nesse tempo. Mudou-se para Lisboa em tenra idade. Desde cedo dominou o latim e as línguas mais cultas da Europa. Estudou filosofia e, depois, teologia na Universidade de Évora. Continuou o estudo de teologia na Universidade de Coimbra onde obteve o grau de doutor.

Foi o primeiro cônego magistral da Colegiada de São Tomé, na antiga Capela Real, e, mais tarde, quando esta se converteu em Basílica Patriarcal, João da Mota foi o seu primeiro cônego. A relação devocional da rainha com São Francisco Xavier está frequentemente por detrás destas aparições na Basílica Patriarcal. A rainha **(Maria Ana de Áustria**[103]**, casada com D. João V)** e a infanta D. Francisca vão, no dia de São Francisco Xavier, à Casa Professa dos Padres da Companhia de Jesus, onde ouvem missa celebrada pelo cônego João da Mota e Silva. A rainha voltaria à mesma casa e ouviria outra missa do cônego no dia de Santo Inácio. Estes episódios indicam que João da Mota e Silva teria uma relação próxima com a Companhia de Jesus.

Pelo menos desde 1722, João da Mota e Silva participa nas decisões políticas e reúne-se para grandes decisões no palácio da Inquisição. Foi por estes anos, de 1722 a 1726, que João da Mota e Silva passaria a gozar de

[103] Rainha Consorte de Portugal, de 1708 até 1750, além de Regente em duas ocasiões, a 1716 e 1742, durante impedimentos de D. João V. Nascida Arquiduesa da Áustria, filha do imperador Leopoldo I, do Sacro Império Romano-Germânico e conhecedora das tribulações da Companhia de Jesus.

favor real, pois D. João V escreveu uma carta ao papa Bento XIII, "*Em satisfação da Justiça, que me assiste, e da Graça de V. Santidade nomeio, para Cardeal Nacional, a João da Motta, e Silva, canônico presbítero da Santa Igreja Patriarcal desta Cidade...*" Este pedido do rei só teria aprovação papal a 26/11/1727. Surgiu um problema protocolar que se estendeu por mais dez anos. O Patriarca da Igreja em Portugal tinha honras de cardeal, sem o ser, e da Mota era Cardeal, mas não o Patriarca, a quem se submetia.

A ascensão ao cardinalato de João da Mota e Silva reflete e reforça sua posição política, pois, desde setembro de 1729, assistia às Juntas de Estado[104]. Depois continuou sua atividade tendo como atribuição a administração dos recursos necessários à manutenção do aparelho militar, gerindo receitas provenientes de diversos impostos e sua aplicação no pagamento dos soldos, no aprovisionamento de víveres, de fardamentos, de munições e armamento, na construção e manutenção de fortificações e quartéis militares, entre outras.

A partir desta posição, o Cardeal da Mota vai estabelecer contato com todos os comandantes/ governadores de posições ultramarinas de Portugal. A debilitação do rei, em 1742, acentua a preponderância absoluta do Cardeal na ação governativa interna e externa. Neste período, como contrapeso do poder do Cardeal, surge a rainha Maria Ana de Áustria numa *quase regência*. Independente dos contratempos palacianos, o Cardeal da Mota **esteve sempre aplicado aos negócios ultramarinos**, donde se conclui pelas relações com Diogo Cardoso Osório, constantes nas

[104] Infopedia Dicionários Porto Editora.

várias correspondências do governador do Rio Grande de São Pedro ao Cardeal. [105]

A Ouvidoria Geral da Comarca de Paranaguá

Deflagrado na metrópole e estendido para os demais espaços do império, o processo centralizador político-administrativo tinha na utilização da justiça régia e na inserção de instituições e agentes régios as suas principais armas. É grande o fluxo de oficiais régios enviados para o ultramar. A inserção desses agentes nos múltiplos espaços do império ultramarino, dentre eles o ouvidor de comarca, vinham com o intuito de aplicar a lei, a justiça e assegurar no ultramar as prerrogativas do Estado português.[106]

A formação de uma *economia política de privilégios* seria caracterizada *por valores e práticas tipicamente de Antigo Regime* e *produto da grande circulação de oficiais régios por diferentes postos governativos no ultramar português*.12 O trânsito de oficiais régios pelo império estruturava-se em relações de clientela e de parentesco, configurando-se alianças políticas e estratégias governativas ditadas a partir da metrópole para o controle do ultramar.[107]

A Ouvidoria de Laguna foi criada em 1714. Já em 1723, com a criação da comarca de Paranaguá, amplia-se o termo de abrangência às vilas de Cananéia, Iguape,

[105] A íntegra do Ofício-relatório in BORBA (2025). **Coleção Riograndense, n° 131**. Anexo 2, p.143-161 (reprodução do original) e p.98-114 (texto paleografado).
[106] PEDORARO (2012), p.86.
[107] PEDORARO (2012), p.89-90.

Paranaguá, Curitiba, São Francisco e Laguna (e todo sul a ser povoado).

Os Ouvidores, encarregados de promover a justiça régia na América portuguesa, configuravam-se como um grupo de oficiais letrados e, no prisma do Estado português, eram capazes de desenvolver suas atividades na América.[108]

O Ouvidor era um magistrado da Coroa Portuguesa responsável por superintender a justiça, aplicar leis e, crucialmente, ouvir as queixas e reclamações da população sobre desmandos administrativos e corrupção por parte dos funcionários do governo. Eles atuavam como juízes em nome do rei e realizavam visitas/correições às áreas sob sua jurisdição para inspecionar a administração local.

A área do Rio Grande, que inicialmente era um presídio militar e depois um território em desenvolvimento, dependia de magistrados de outras regiões para assuntos judiciais e de ouvidoria. Registros dão conta de queixas/consultas sobre o governo do coronel Diogo Osório Cardoso, que foram encaminhadas ao Conselho Ultramarino pelo Ouvidor da Comarca de Paranaguá.

A jurisdição da Comarca de Paranaguá [*Pernaguá*, na grafia da época] era vasta, abrangendo desde Iguape até a Colônia do Sacramento. Funcionava como o organismo fiscalizador direto dos Conselhos do Império Ultramarino.

O Ouvidor Geral da Comarca de Paranaguá até 1743 era **Gaspar da Rocha Pereira**, que foi substituído por Manoel Tavares de Siqueira. Os ouvidores-gerais

[108] PEDORARO (2012), p.113.

representavam a administração da justiça real portuguesa, agindo em nome do rei. Suas funções incluíam realizar correições anuais (inspeções/visitas), julgar crimes e ouvir reclamações da população sobre desmandos administrativos.[109]/[110]

O Ouvidor Manoel Tavares de Siqueira, em Carta[111] de 24/7/1745, expõe ao Rei que tanto ele como seu antecessor o bacharel Gaspar da Rocha Pereira, já haviam apontado a violência que fazia e faz àquela comarca [Rio Grande], o coronel Osório Cardoso, a cujo cargo está o governo do presídio do Rio Grande de São Pedro do Sul.

As representações, enviadas pelos Ouvidores, não devem ter chegado à consideração do rei (os despachos eram visados pelo Conselho Ultramarino, onde se encontrava o Cardeal da Mota), por isso tornavam a repeti-las para demonstrar a gravidade da matéria, expondo que Osório Cardoso busca manter *tudo com aparência de verdade e exatidão*, sustentando-se na ideia de preservação do país, enquanto impede ("*com escândalo e insolência*"), em todo aquele Continente, as execuções da justiça e da Ouvidoria, por se oporem a seu projeto de governança. Desde "*que o dito coronel entrando a governar principiou a perturbar e alterar o que estava em perfeita tranquilidade e harmonia política, o que era tão notório que apenas carecia de alegação e menos de prova*".

O governador Gomes Freire reconhecendo esta condição, insinuou por carta a Osório Cardoso que

[109] MASSUCHETTO (2015), p.25-26.
[110] PEDORARO (2012), p.81-120.
[111] Documentos Históricos do Conselho Ultramarino (1726-1756). p.127-130.

desistisse da empresa e deixasse à justiça o que lhe competia. Gomes Freire não manifestava simpatia por Osório Cardoso, além da posição militar, pois já conhecia as demandas dos Ouvidores, particularmente sobre a **ínfima arrecadação** dos bens transportados pela nau *Duc de Chartres*, que dera à costa na praia da charqueada (correspondendo às fazendas de gado de José da Costa e de Francisco Pinto Bandeira[112]). O material arrecadado foi conduzido para Rio Grande e alerta que Osório Cardoso dispôs, a seu arbítrio, sem atenção ao regimento e às ordens da Provedoria, a quem pertencia a arrecadação. O Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens recebeu insinuações sobre os **descaminhos dos ditos bens**, *todos ricos de lei, joias e outras preciosidades, que importavam em muitos milhões*.

O Ouvidor Geral remetera, ao Governador e Capitão-general, a carta de contestação de Osório Cardoso. Por outro lado, explicita a posição do Ouvidor, "*com um comedimento congruente com seu caráter e pacífico gênio*". Sabia o Ouvidor que ambas as Cartas foram entregues a Gomes Freire, porém não recebera resposta e nem sabia se Osório Cardoso mudara de opinião [ou seja, franquear o acesso às fazendas encontradas e o recolhimento de haveres à Mesa de Arrecadação/Rendas].

Segundo o Ouvidor, por notícias recebidas, Osório Cardoso estava ainda mais obstinado e que haveria de persistir na sua conduta. Por isso, as justiças da Laguna pedem ao Ouvidor Geral que as socorra, pois

[112] BORBA (2025). In: Coleção Riograndense, n° 131. Ver Anexo 3. Mapa das fazendas povoadas de gados na costa sul-rio-grandense, 04/8/1741.

Osório Cardoso não poderia fazer o que fez; e, demandam para a Ouvidoria intervenha nestas perturbações e desordens naquele continente, *povoado e infestado de desertores e facinorosos*, que por iludirem as justiças com escândalo e considerável prejuízo das partes interessadas. Conclama que "*como Rei e Senhor, devia dar providências, ordenando ao dito Coronel que não se intrometa no que lhe não pertence e que deixe de usar as justiças daquela jurisdição*".

Osório Cardoso dizia que o fazia para evitar as injustiças da Laguna, como se elas fossem suas subalternas, e não sujeitas à Ouvidoria de Paranaguá. Para que limitar a competência, de Osório Cardoso, seria conveniente tornar Vila o dito Presídio, que tem capacidade para isso por ser povoação maior que as demais vilas daquela comarca.

Com novos termos e distritos se poderia administrar melhor a justiça pela vastidão daquelas campanhas o que seria de utilidade pública e incremento da nova comarca. O Ouvidor Geral esperava, *da real grandeza de Vossa Majestade*, conceder-lhe a competente ajuda de custo, pois o baixo rendimento daquela comarca não é suficiente para as despesas.

A decisão do Conselho Ultramarino definiu por dar vistas ao Procurador da Coroa, que indicou que se escrevesse ao Governador e Capitão General do Rio de Janeiro para que "*fizesse conter a este coronel para que não se intrometesse na jurisdição do Ouvidor, concedendo-lhe faculdade para, no caso de contravenção, emprazar*[113] *ao dito coronel para vir a esta corte dar a razão do seu procedimento*". Também, que o mesmo Capitão-general se posicionasse

[113] Fazer convocação para comparecer em certo e determinado tempo.

sobre erigir o Presídio em Vila, como o Ouvidor aponta, bem como informasse os descaminhos das fazendas que estavam na nau que deu à costa.

O Conselho Ultramarino deu parecer de que o Rei deveria ordenar, que Gomes Freire "*estranhe ao coronel Diogo Osório Cardoso, o procedimento que praticou com os oficiais que o Ouvidor mandara às diligências, ordenando-lhe que não embarace de modo algum os oficiais de justiça (da Ouvidoria de Pernaguá e da vila da Laguna), no exercício de seus ofícios no distrito do seu comando, mas antes os auxilie, e que, caso excedam, dê conta ao Governador, ou avise ao dito Ouvidor conforme o caso pedir*".

Quanto às fazendas do navio francês era preciso averiguar sobre a arrecadação, ou, se Osório Cardoso, ao menos, procedeu com verdade. O parecer do Conselho Ultramarino é que se recomende ao governador Gomes Freire, que procure informar-se, por pessoas desinteressadas, sobre as ditas fazendas e como Osório Cardoso tratou dos bens e se, na arrecadação delas, procedeu com a fidelidade necessária. Não parece ao Conselho que esta averiguação se atribua ao mesmo Ouvidor pelo receio de alguma emulação que poderá ter ocasionado a competência de que se dá conta.

Sobre a criação da vila, "*não só crescerá mais a povoação, mas cessarão estas desordens*". Parece ao Conselho Ultramarino, que também se ordene ao Governador Gomes Freire, que informe com seu parecer que distrito e termo se lhe deve prescrever, e se no dito estabelecimento há moradores bastantes e que justiças há de presidir, se bastará a de juiz ordinário ou se será preciso a de juiz de fora ou ouvidor. A decisão do Conselho Ultramarino é de 02/5/1746.

Em 17/7/1747, o Presídio foi elevado à condição de Vila, sendo o único assentamento português ao sul de Laguna com este estatuto. A Carta Régia da elevação determinou ainda que o Ouvidor da Comarca de Paranaguá definisse seus limites jurisdicionais, o ordenamento das ruas, a localização da praça e iniciasse as obras da Igreja Matriz, além de instruir a disposição da Casa da Câmara e da cadeia, dos demais cargos e serviços. Porém, Gomes Freire (do Rio de Janeiro) e Osório Cardoso (do Rio Grande) se opuseram à medida, e a instalação só vai ocorre em 17/12/1751.[114]

Bibliografias

ALONSO DIEZ, Carlos Simón (2019). El traslado de la casa de la contratación a Cádiz 1717. **História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, n° *13*. p.355, 357-358. Disponível em https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5626

ALVES, Francisco das Neves (1995). A Revolta dos Dragões na visão dos náufragos do *Wage*r. In: ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique. **A Cidade do Rio Grande: estudos históricos**. Rio Grande: FURG – SMEC. p.34-48.

_____ (2010). Uma revolta militar e social no alvorecer do Rio Grande do Sul. In: POSSAMAI, Paulo César (org.). **Gente de Guerra e Fronteira**: estudos de história militar do Rio Grande do Sul. Pelotas: Editora da UFPel. p.33-51. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/nphr/files/2017/08/GENTE-DE-GUERRA-E-FRONTEIRA.pdf

[114] ALVES & TORRES (2016), p.

ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique (2016). Textos do século XVIII para o estudo da ocupação lusitana no Brasil Meridional. In: **Coleção Documentos n° 2**. CLEPUL/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - Lisboa/Portugal; Biblioteca Rio-Grandense - Rio Grande/RS/Brasil. 136 p. Disponível em: https://www.bibliotecariograndense.com.br/publicacoes.html/coleção-rio-grandense

ARAZOLA CORVERA, María Jesús (1998). **Hombres, barcos y comercio de la ruta Cádiz-Buenos Aires (1737-1757).** Diputación de Sevilla, España. 1998.

ARTUÑEDO, Wenceslao Soto, SJ. (2014). Coordenadas de los jesuitas en Andalucía. In: **Archivo Teológico Granadino**, n. 77, p. 14.

_____ (2022). Bibliography on the History of the Society of Jesus. In: **Archivum Historicum Societatis Iesu**. Vol. XCI, fasc. 182. Disponível em: https://arsi.jesuits.global/wp-content/uploads/2023/04/5_AHSI-2022-II-Bibliography.pdf

BASCUÑÁN, Pilar (1993). **A 400 años de la llegada de los jesuitas a Chile – 1593-1993**. Santiago: Editorial Los Andes. 114p. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1AukZB47z6YWlxRTq5kxKlgt2tSEmx56w/edit

BORBA, J. Vanderlei (2025). Naufrágio *Duc de Chartres* - 1744 - na costa sul-rio-grandense: jesuítas europeus, soldados e comerciantes espanhóis e tripulação francesa. **Coleção Riograndense, n° 131**. CLEPUL/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa -Lisboa/Portugal; Biblioteca Rio-Grandense - Rio Grande/RS/Brasil. 190 p. Disponível em: https://www.bibliotecariograndense.com.br/publicacoes.html/coleção-rio-grandense

_____ (2024). Naufrágios na Costa Sul-Riograndense (1737-1889): com registros de bases digitais do Reino Unido. In: ALVES, Francisco das Neves, BORBA, J. Vanderlei & TORRES,

Luiz Henrique. Três Estudos sobre a História da Cidade do Rio Grande. **Coleção Riograndense, 75**. CLEPUL/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa -Lisboa/Portugal; Biblioteca Rio-Grandense - Rio Grande/RS/Brasil. p.45-80. Disponível em: https://www.bibliotecariograndense.com.br/publicacoes.html/coleção-rio-grandense

BRAÑES, Maria José; PÉREZ, Elvira; PÉREZ, Fernando; BROWNE, Sara & SILVA, Carlos (2019). Descripción Geográfica de la Misión de Chiloé. In: **Anales de Literatura Chilena**. Año 20, n° 32, p.243-268. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7538897

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE (1951). **Documentos Históricos do Conselho Ultramarino – 1732-1756**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional – Divisão de Obras Raras e Publicações. Vol. XCIV. p.79-130. Disponível em: https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/projeto-resgate/novos-instrumentos-de-pesquisa/catalogo-de-documentos-manuscritos-avulsos-referentes-a-capitania-do-rio-grande-do-sul-existentes-no-arquivo-historico-ultramarino/avulsos-rio-grande-do-sul-1732-1800

BRUXEL, Arnaldo (1958). Um naufrágio nas praias de Tramandaí, litoral sul-brasileiro. In: **Pesquisas**. Porto Alegre: Instituto Anchietano de Pesquisas, n° 2, p.55-74.

CAMÕES, Luís de (1572). **Os Lusíadas**. Leitura, prefácio e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão. 4.ª ed. Lisboa: Instituto Camões, 2000.

CARDOSO, Diogo Osório (1744). **Ofício** ao cardeal D. João da Mota e Silva. Disponível em: https://resgate.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=019_RS&pagfis=260

CARVALHO NETO, Henrique Maria Craveiro Reis de (2018). Os homens da confiança régia ao tempo de D. João V. **Dissertação de Mestrado**. PPG em História Moderna e dos

Descobrimentos. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Letras. p.92-113. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/61060/3/Henrique%20Neto_corrigido%281%29.pdf

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos (2003). Açorianos no Rio Grande do Sul: a identidade açoriana nas obras de cronistas, viajantes e historiadores sul-rio-grandenses. In ARQUIPÉLAGO. História. 2ª série, vol. 7, p.123-142. Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.3/385

FURTADO, Nelson Franca (1969). **Vocábulos Indígenas na Geografia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Champagnat. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Afurtado-1969-vocabulos/Furtado_1969_VocabulosIndigGeogrRS.pdf

GALÁN GARCÍA, Agustín (1995). El "Oficio de Indias" de Sevilla y la Organización Económica y Misional de la Compañía de Jesús (1566-1767). **Colección FOCUS, n° 8**. Sevilla: Fundación Fondo de Cultura de Sevilla.

GARCÍA-BAQUERO GONZÁLEZ, Antonio. (1988). Cádiz y el Atlántico (1717-1778). El comercio colonial español bajo el monopolio gaditano**.** Cádiz/España. Tomo I, p.225-302. Disponible en: https://revistas.usal.es/index.php/Studia_Historica/article/download/shhmo2017392185219/17701

GRÜNDLING, Guilherme de Mattos (2022). Uma família lusitana atravessa o Atlântico: os Osório em Rio Grande de São Pedro no século XVIII. In: KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Maíra Inês; CARNEIRO, Deivy (orgs.). **Práticas de micro história: diversidade temas e objetos de um método historiográfico**. Porto Alegre: FAPERGS. p.30-44. Disponível em: https://oikoseditora.com.br/files/Pr%C3%A1ticas%20de%20micro-hist%C3%B3ria%20-%20E-book.pdf

HAMEISTER, Martha Daisson (2002). O Continente do Rio Grande de São Pedro: Os Homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727 - c.1763). **Dissertação de Mestrado**. PPG em História Social. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em: https://www.academia.edu/11924913/O_Continente_do_Rio_Grande_de_S%C3%A3o_Pedro_

MAINKA, Peter Johann (2011). Historiografia Alemã sobre a Companhia de Jesus. Pesquisas Recentes sobre os Jesuítas e a sua Atuação nas Américas Portuguesa e Espanhola. In: **Diálogos**. v. 15, n° 1, p. 199-231. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305525027011

MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE ANGELIS, III. **Jesuítas e bandeirantes no Tape (1549-1641)**. Introdução e notas por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações e Divulgação, 1969.

MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE ANGELIS, IV. **Jesuítas e bandeirantes no Uruguai (1611-1758)**. Introdução, notas e sumário de Hélio Vianna. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações e Divulgação, 1970.

MARZAL, Manuel M. (1999). ¿Las Misiones Jesuitas, una Utopía Posible? In: MARZAL, Manuel María & TUA, Sandra Negro. **Un reino en la frontera: las misiones jesuitas en la América colonial**. Lima: Fondo Editorial Pontificia Universidad Católica del Perú. Lima y Ediciones Abya Yala. 504 p. Disponible en: https://www.academia.edu/70233190/

MASSUCHETTO, Vanessa Caroline (2015). Os ouvidores e a câmara municipal da vila de Curitiba: uma amostragem da circularidade da cultura jurídica na américa portuguesa (1721-1750. In: **Revista Brasileira de História do Direito**, v. 1, n. 2, p. 20-47. Disponível em: https://indexlaw.org/index.php/historiadireito/article/view/650

MEIER, Johannes (2007). *Totus mundus nostra fit habitatio* - Jesuitas del territorio de lengua alemana en la América

portuguesa y española. In: SANTOS, Zulmira Coelho dos (2007). **Nos 550 anos da morte de São Francisco Xavier (1506-2006)**. Porto: Inova Artes Gráficas. Repositório da Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade e Instituto de História Moderna. p.57-86. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream?10216/7025/3/SFranciscoXavier000055936.pdf

MONROY, María Baudot (2014). Política Naval y Movilización de Recursos para la Defensa Colonial al Inicio de la Guerra de la Oreja de Jenkins (1739-1740). In: Cuadernos Monográficos del Instituto de Historia y Cultura Naval. n°69. Disponible en: https://armada.defensa.gob.es/archivo/mardigitalrevistas/cuadernosihcn/69cuaderno/cap02.pdf

OTERO LANA, Enrique (2004). La Guerra de la Oreja de Jenkins y el Corso Español (1739-1748). In: **Cuadernos Monográficos del Instituto de Historia y Cultura Naval.** n°44. Madrid. Disponible en: https://armada.defensa.gob.es/archivo/mardigitalrevistas/cuadernosihcn/44cuaderno/CM44.pdf

ORNELLAS, Manoelito de (1948). Gaúchos e Beduínos –A origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul. In: **Coleção Documentos Brasileiros, n°57**. 187p. São Paulo: Livraria José Olímpio. p.20-121. Disponível em https://pt.scribd.com/document/942989635/Gauchos-e-Beduinos-Manoelito-de-Ornellas#content=query:strasser,pageNum:17,indexOnPage:0,bestMatch:false

OVANDO, Carlos Valenzuela Solís de (2006). **La Compañía de Jesús en la colonia**. Biblioteca Virtual Universal. 3p. Disponible en: https://web.archive.org/web/20150126175959/http://www.biblioteca.org.ar/LIBROS/130828.pdf

PAGE, Carlos Alberto. (2007). **Los viajes de Europa a Buenos Aires según las crónicas de los jesuitas de los siglos XVII y**

XVIII. Córdoba/Argentina: Báez Ediciones. 325p. Cap. 11. Disponível em: https://www.carlospage.com.ar/wp-content/2008/06/

_____ (2013). El proyecto jesuítico para la exploración y ocupación de las costas patagónicas en el siglo XVIII. In: **Temas Americanistas. n°31**. p.23-49. Disponible en: https://idus.us.es/server/api/core/bitstreams/9fbb318c-c630-4403-9e32-7ec983fe18ec/content

PEDORARO, Jonas Wilson (2012). Políticas administrativas imperiais: o caso da ouvidoria de Paranaguá (1723-1812). In: **Revista Vernáculo, nº 29**. p.81-120. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/download/35010/21882

SALINAS, María Laura (2020). Las Cartas Anuas de la provincia jesuítica del Paraguay. Siglos XVII-XVIII. In: CRESPO, María Fernanda & NÁJERA, Guillermo Antonio (coord.). **Lecturas desde las Cartas Anuas. Contribuciones al estudio de los jesuitas en Hispanoamérica**. México: Universidad Autónoma del Estado de Morelos, Centro de Investigación en Ciencias Sociales y Estudios Regionales. p.9-52.

SOLANA, Ana Crespo (1996). **El comercio marítimo y la Armada de la Monarquía: la Casa de Contratación y la Intendencia General de la Marina de Cádiz (1717-1750)**. Cádiz/España: Universidad de Cádiz, Servicio de Publicaciones. p.63-78. Disponible en: https://www.academia.edu/387383/La_Casa_de_la_Contrataci%C3%B3n_y_la_Intendencia_General_de_Marina_en_C%C3%A1diz_1717_1750_Universidad_de_C%C3%A1diz_1996

SOUZA DOCCA, Emílio Fernandes de (1954). **História do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Edição da Organização Simões. p.152-153.

STRASSER, Melchor (1744). **Carta** al R. P. Santiago Dedelley, de Alemania. Disponível em duas versões: (a) em espanhol, ver PAGE (2007), p.203-224; e, (b) em português, ver BRUXEL (1957), p.58-73.

TORRES, Luiz Henrique (2008). Cronologia básica da história da cidade do Rio Grande (1737-1947). In: **BIBLOS** n° 22. Rio Grande: Editora da FURG. p.9-18.

TRUJILLO, Oscar José (2020). **Catálogo de los buques llegados al Río de la Plata (1700-1775).** p.95-158. Disponible en: https://repositorio.uca.edu.ar/bitstream/123456789/16603/1/catalogo-buques-llegados.pdf

_____ (2020). **Negocios, inversiones y comportamiento de los mercaderes del Buenos Aires colonial (1750-1773)**. Rosario/Argentina: Prohistoria Ediciones. Disponible en: https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0325-82382022000100154

Sites

Archivo de la Provincia Jesuita de Chile
https://www.jesuitas.cl/la-compania-de-jesus/archivo-de-la-provincia/

Archivos de España de la Compañía de Jesús
https://jesuitas.es/es/component/content/category/95-archivo-historico

Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa/Portugal
AHU_ACL_CU_019, Cx. 1, D. 49
https://resgate.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=019_RS&hf=www.google.com&pagfis=47

Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa/Portugal
https://digitarq.arquivos.pt/details?id=8766732

Archivum Romanum Societatis Iesu – ARSI – Roma/Itália
http://arsi.jesuits.global/en/home-eng/

Biblioteca Nacional – Fundação Biblioteca Nacional

https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/projeto-resgate/novos-instrumentos-de-pesquisa/

Biblioteca Rio-Grandense – Rio Grande/RS/Brasil
https://www.bibliotecariograndense.com.br/publicacoes.html

Biblioteca Virtual Universal – Buenos Aires/Argentina
http://www.biblioteca.org.ar/

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa
https://dicionario.priberam.org/fazenda

Infopedia Dicionários Porto Editora - Portugal
https://www.infopedia.ptartigos/$junta-dos-tres-estados

Jesuítas Brasil
https://jesuitasbrasil.org.br/exercicios-espirituais/

La Mili goes to Chile
https://mamillsblog.wordpress.com/2013/05/26/mapa-de-chiloe/

Projeto Missões - Brasil
https://grandeprojetomissoes.com.br/repositorio/arquivos-para-compartilhar/mapas-digitalizados/

Real Academia Española (RAE)
https://www.rae.es/diccionario-lengua-espanola-rae-buscadores/google

Research Gate
https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Territorio-historico-habitado-por-el-pueblo-mapuche_fig1_373886390

Rio Grande de São Pedro no Arquivo Ultramarino – Parte I (1732-1800) - Documentos 1 - 373
https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/projeto-resgate/novos-instrumentos-de-pesquisa/catalogo-de-documentos-manuscritos-avulsos-referentes-a-capitania-do-rio-grande-do-sul-existentes-no-arquivo-historico-ultramarino/avulsos-rio-grande-do-sul-1732-1800

Stud História
https://studhistoria.com.br/

Three Decks – Warships in the Age of Sail – *Le Duc de Chartres*
https://threedecks.org/index.php?display_type=ships_search

Registros imagéticos de naufrágios e riscos à navegação na imprensa ilustrado-humorística rio-grandina

Francisco das Neves Alves*

O jornalismo dedicado à expressão da arte da caricatura constituiu um modelo que contou com ampla aceitação do público consumidor em várias partes do mundo, mormente ao longo dos Oitocentos. Tendo por elemento constitutivo fundamental o humor, tais periódicos reconstruíram as vivências de determinadas sociedades sob uma perspectiva caricatural e com a prática de um periodismo essencialmente crítico-opinativo. Associando o texto à imagem, tais folhas ofereceram um produto diferenciado em relação à

* Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

maioria de seus colegas de lides jornalísticas, vindo a cair no gosto popular, com a utilização em larga escala de diferentes estratégias imagéticas e discursivas, que variavam desde a leve jocosidade, passando pela fina ou ferrenha ironia, até a pilhéria mais contumaz e destruidora. Tênue ou incisiva, a caricatura divulgada por meio da imprensa periódica marcou época na realização da crítica política, social e de costumes.

Ao apresentar uma versão humorada e caricatural das sociedades, a imprensa ilustrada e humorística lançou seu olhar crítico, inclusive ao apontar aquilo que considerava como mazelas ou desvios sociais, chegando a trazer em seus desenhos e textos um aspecto moralizador. Era a prática do que os próprios periódicos definiam como um jornalismo joco-sério, ou seja, associando a óptica do humor, sem deixar de, a partir da criticidade, também trazer uma abordagem séria. As folhas caricatas agiriam assim como uma espécie de bobo da corte – alegoria utilizada recorrentemente para representá-las –, ou seja, aquele que "diz em tom duro as coisas agradáveis e em tom jocoso as terríveis"[115]. Nesse quadro, o humor pode ser considerado "como uma chave para compreender os códigos culturais e as percepções do passado"[116]. Além disso, "o humor e o riso correspondente também podem ser muito libertadores", lembrando a ação do bobo da corte, associada ao "riso subversivo", o qual

[115] CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Moraes, 1984. p. 120.

[116] BREMMER, Jan & ROODENBURG, Herman. Prefácio. In: BREMMER, Jan & ROODENBURG, Herman (orgs.). *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 11.

"ridicularizava aqueles que estavam no poder e não diferia muito do riso revelado pelos senhores do desgoverno"[117].

De acordo com a perspectiva joco-séria, "o humor é divertido e sério ao mesmo tempo", tornando-se, dessa maneira, "uma qualidade vital da condição humana". Nesse quadro, "o humor quase sempre reflete as percepções culturais mais profundas", oferecendo "um instrumento poderoso para a compreensão dos modos de pensar e sentir moldados pela cultura"[118]. O humor pode ser observado como "um processo de resolução de conflitos", constituindo assim "um processo, não uma visão ou um comportamento", tornando-se "o resultado de uma batalha entre os sentimentos e os pensamentos", a qual "só pode ser compreendida ao se reconhecer o que causou o conflito", ou seja, "o humor às vezes é a única forma de lidar com o turbilhão da vida"[119].

Especificamente "no século XIX surge a noção de que as piadas são, em parte, subversivas", em um contexto pelo qual "as piadas políticas" tornam-se ainda

---

[117] BREMMER, Jan & ROODENBURG, Herman. Introdução: humor e história. In: BREMMER, Jan & ROODENBURG, Herman (orgs.). *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 15 e 23.

[118] DRIESSEN, Henk. Humor, riso e o campo: reflexões da antropologia. In: BREMMER, Jan & ROODENBURG, Herman (orgs.). *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 251.

[119] SALIBA, Elias Thomé. História Cultural do humor: balanço provisório e perspectivas de pesquisas. In: *Revista História* (São Paulo), n.176, 2017, p. 9.

mais prenhes em subversão[120]. Desse modo, "o riso usado como arma política" tende a constituir "uma arma poderosa" e "seu poder derivava de sua habilidade para distinguir os adversários", voltando-se também para "conduzir ataques de ironia contra os poderes vigentes"[121]. Além disso, a produção textual e iconográfica voltada ao riso passou a encontrar público consumidor crescente, de modo que "a força do humor se tornou cada vez mais visível" na época oitocentista, "à medida que ele transbordava de um passatempo tradicional para um produto comercial"[122].

Levando em conta a imprensa humorística, ela "tem uma particularidade aliciante e extremamente absorvente", vinculada à "riqueza e variedade de pormenor proporcionada pelo traço do caricaturista e pela prosa mordaz dos colaboradores literários desses periódicos". Nesses casos podem ser encontrados "o pitoresco de uma sociedade, as suas grandezas e misérias, constituindo um verdadeiro reflexo dos modos de ver, de ser e de parecer de uma época". Em tais publicações, "os temas abordados são extremamente

---

120 BREWER, Derek. Livros de piada em prosa predominantes na Inglaterra entre os séculos XVI e XVIII. In: BREMMER, Jan & ROODENBURG, Herman (orgs.). *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 133-134.

121 BAECQUE, Antoine. A hilaridade parlamentar na Assembleia Constituinte Francesa (1789-91). In: BREMMER, Jan & ROODENBURG, Herman (orgs.). *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 219 e 222.

122 TOWNSEND, Mary Lee. O humor e a esfera pública na Alemanha do século XIX. In: BREMMER, Jan & ROODENBURG, Herman (orgs.). *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 225.

ecléticos e vão desde a política aos costumes, passando pela sociedade e pela economia". Também "é corrente encontrar, lado a lado, o comentário a um grande acontecimento político ou a figuras destacadas da sociedade", juntamente "com a piada acerca de uma qualquer figura popular". Além disso, "a forma como a crítica é feita, desassombradamente, os assuntos escolhidos e o sucesso desse tipo de jornais sugerem, por si só, algumas características da mentalidade da época"[123].

A caricatura constitui "traço, desenho, gravura, representando pessoas, figuras ou fatos de forma grotesca, cômica ou satírica". Tal termo deriva-se de "*caricare*", que "quer dizer fazer carga contra alguém ou sobre alguma coisa". Igualmente "inovadora e influente como os grandes satíricos da literatura universal, a caricatura se mantém no tempo como fonte contundente e inesgotável de humor". O caricaturista, por sua vez, é o "autor, aquele que cria, traça ou faz caricatura". Ele "possui estilo próprio e se realiza, especialmente, não por ser exímio desenhista, e sim por saber expressar em traços, sinais, desenhos, a natureza crítica da caricatura", sendo "capaz de elaborar e celebrar, com manchas sumárias, figuras, para cuja fisionomia contribui de forma grotesca, burlesca ou simplesmente ridícula"[124].

---

[123] MORAIS, Fernanda Borges Ferreira; MAGALHÃES, Maria Benedita Cabral de & MORAIS, Maria José da Silva. *A caricatura: um recurso educativo nas aulas de História*. Lisboa: Associação de Professores de História, 1996. p. 6.

[124] BAHIA, Juarez. *Dicionário de jornalismo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 63-64.

A caricatura se consolidou, "estabelecida como uma das formas de expressão da imprensa" e, nesse quadro, "o caricaturista ao registrar o momento histórico, o fato político significativo do dia", vem a compor, "de certa maneira, um aspecto da personalidade de seu jornal, identifica uma tendência, firma uma posição"[125]. A arte caricatural oferece "uma contribuição fundamental ao debate político, desmistificando o poder e incentivando o envolvimento de pessoas comuns nos assuntos de Estado"[126]. Na perspectiva da abordagem joco-séria[127], a imprensa ilustrado-humorística voltada à difusão da arte caricatural trouxe em seus registros imagéticos os temas mais variados, incluindo os vinculados aos naufrágios e riscos à navegação, como ficou evidenciado no jornalismo desse gênero publicado na cidade do Rio Grande.

O periodismo ilustrado-humorístico, tendo a capital imperial/republicana como epicentro, ganhou ampla popularidade no Brasil do século XIX[128],

---

[125] LUSTOSA, Isabel. Humor e política na Primeira República. In: *Revista USP*, set., out. e nov. 1989, p. 64.

[126] BURKE, Peter. *Testemunho ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2017. p. 121.

[127] Contextualização realizada a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Uma história da imprensa caricata sul-brasileira: ensaios acerca do Bisturi (1888-1893)*. Lisboa; Rio Grande: CLEPUL; Biblioteca Rio-Grandense, 2022. p. 9-14.

[128] A respeito dessa expansão, ver: FLEIUSS, Max. A caricatura no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. t. 80. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. p. 583-609.; LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.; MAGNO, Luciano. *História da caricatura brasileira: os precursores e a consolidação da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Gala Edições de Arte, 2012.; MONTEIRO LOBATO, José Bento Renato. A

expandindo-se pelas mais importantes cidades do país. Tal processo também se fez sentir no Rio Grande do Sul, onde o periodismo caricato galgou seu espaço nas três mais importantes localidades gaúchas de então, Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas[129]. Cidade portuária, que obteve significativos avanços econômicos a partir das atividades mercantis, Rio Grande também contou com progressos culturais, refletidos em uma imprensa bastante diversificada, inclusive quanto aos periódicos ilustrados voltados ao humor, que circularam de forma praticamente ininterrupta entre as décadas de 1870 e 1890. Dentre os semanários caricatos que circularam na conjuntura rio-grandina, destacaram-se *O Diabrete*, *Maruí* e *Bisturi*[130].

O Diabrete circulou na cidade do Rio Grande de 1875 a 1881, com tipografia própria. Seu título inspirava-se na própria figura diabólica, mas o intento era apresentar não necessariamente a versão demoníaca, e sim, algo mais leve, visto que o termo se refere não só ao pequeno diabo, como também a uma criança travessa.

---

caricatura no Brasil. In: *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo: Brasiliense, 1946. p. 3-21.; SINZIG, Pedro. *A caricatura na imprensa brasileira: contribuição para um estudo histórico-social*. Petrópolis: Vozes, 1911.; e TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura*. 2.ed. São Paulo: Documentário, 1976.

[129] Sobre esse gênero jornalístico no Rio Grande do Sul, observar: FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata no Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962.

[130] Acerca da imprensa ilustrada e humorística na cidade do Rio Grande, ver: ALVES, Francisco das Neves. *A pequena imprensa rio-grandina no século XIX*. Rio Grande: Editora da FURG, 1999. p. 170-243.; e ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2002. p. 189-469.

Em sua apresentação, o hebdomadário dizia que, sem constituir-se em postes de injustificáveis agressões, procuraria timbrar pelo razoável de suas apreciações e apanhados, erguendo por divisa no pórtico de sua propriedade a legenda que seria sua norma em suas árduas pugnas: "*Lectore dilectanti pariterque monendo*" (O DIABRETE, 4 jul. 1875).

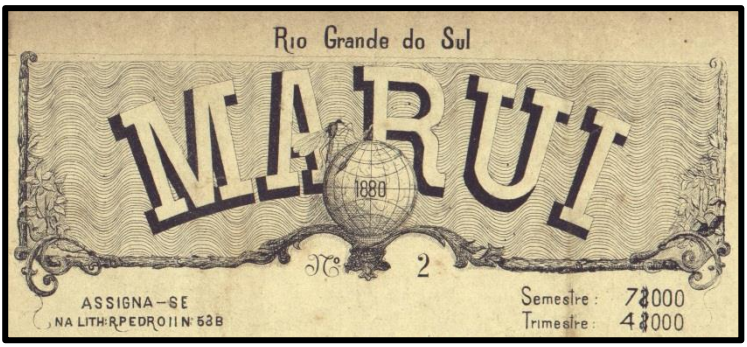
A respeito do papel do jornalismo, o periódico declarava que a missão da imprensa era nobre e sagrada, quando fosse verdadeiramente compreendida e posta em prática com abnegação, imparcialidade e independência, predicados que deveriam ser tomados como divisa. Considerava a imprensa com o escudo do povo e a barreira que se antepunha entre este e os golpes e desmandos emanados da arbitrariedade do poder. Defendia que o periodismo jamais deveria atenuar suas apreciações atendendo à posição social daqueles com quem se ocupava. Finalmente, determinava que a pena

do jornalista, como a espada da justiça, deveria estar sempre prestes, para, sem distinção, castigar os culpados ou defender as vítimas destes (O DIABRETE, 7 nov. 1875).

Mantendo a tradição de títulos com inspiração mais incisiva, típica das folhas caricatas, o *Maruí* circulou na cidade do Rio Grande de 1880 a 1882. O termo "maruí" (ou maruim) refere-se a um inseto díptero da família dos Quironomídeos, revelando as intenções do semanário, executando analogicamente as atitudes de um inseto, ou seja, picar, irritar, produzir ardor ou comichão, promovendo certa agitação na sociedade em que circulou. Desde o início, o periódico buscou aplicar tal simbologia, como na primeira edição, ao mostrar o redator com asas insetiformes e pronto para "ilustrar os fatos"; ou ainda, na mesma edição, em que aparecia o redator a conversar com maruís, que incorporavam a função de repórteres, para saírem às ruas, "à cata de notícias". O próprio cabeçalho do hebdomadário trazia um globo, sobre o qual pairava o inseto portando um crayon, como simbologia da própria caricatura (MARUÍ, 4 jan. 1880).

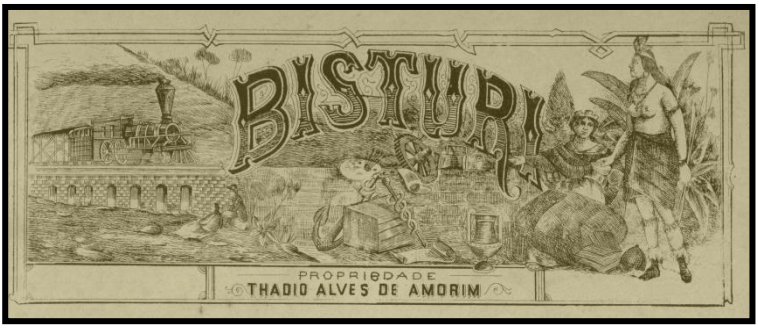
A apresentação do *Maruí* ao público foi expressa na forma de versos. Nos mesmos a folha mantinha a inspiração insetífera e revelava alguns de seus escopos: O meu programa defini-o/ sem rodeios francamente/ pretendo ver se enriqueço/ trabalhando honestamente./ Às donzelas rio-grandinas/ venho pedir proteção/ sabendo que elas possuem/ um sensível coração./ Abri, pois, as vossas bolsas/ ao travesso *Maruí*/ se estiverem recheadas/ não sairei mais daqui./ Eu sou um pequeno inseto/ ligeiro, alegre e taful/ a volitar buliçoso/ por estas plagas do sul./ Tranquilizai-vos, leitoras/ não tem

veneno o ferrão/ posso, pois, em vossos rostos/ ir dar um leve chupão./ Não vou manchar minhas asas/ pelo lodo dos pauis/ desprendo o voo ligeiro/ só nos espaços azuis./ Vossas bolsas sejam flores/ em que chupe o *Maruí*/ se vossos risos brotarem/ não hei de sair daqui./ (...) Alegre como as crianças/ franco, honesto e folgazão/ quero abrir as minhas asas/ ao quente sol de verão./ (...) Se me dais algumas notas/ conto pilherias a mil/ mas essas notas que sejam/ do Tesouro do Brasil./ Eis aqui o meu programa/ variado, apetitoso/ e sem mais, caros fregueses/ eu me despeço saudoso (MARUÍ, 4 jan. 1880).



Um dos mais importantes jornais caricatos no contexto sul-rio-grandense, o *Bisturi* circulou de modo regular entre 1888 e 1893, mas sua existência se prolongou, com edições esporádicas e vários períodos de publicação suspensa. Tal semanário acompanhou *pari passu* algumas das transformações fundamentais da sociedade brasileira, como a abolição da escravatura e a proclamação da república. Praticou a crítica social e a de costumes, mas sua especialidade foi a de natureza

política, observando sob o prisma caricatural e censório a vida político-partidária e ideológica nacional, regional e local.



No primeiro número, o redator-proprietário apresentava o novo hebdomadário aos demais jornalistas citadinos, afirmando que chegava novamente na estacada do jornalismo, no meio deste labor contínuo dos obreiros do progresso. Esclarecia que o periódico seria crítico, mas que não se arredaria um só momento dos foros da imprensa honesta, usando uma crítica benévola e bem intencionada, e não da crítica mordaz. O humorístico pretendia manter-se no labor da imprensa, o qual constituía o alvo de suas aspirações no meio do burburinho da vida social. Buscava apresentar-se ante a população civilizada da "nobre cidade do Rio Grande", a partir da manifesta confiança de que a sua visita não seria repudiada, pois visava a tornar-se agradável, já nas seções de desenhos, já na redação (BISTURI, 1º abr. 1888).

A redação do *Bisturi* afiançava ainda que guardaria os princípios determinados pela urbanidade, ainda quando fosse mister ser um pouco pungente na

luta de coerção aos desvios que por vezes envergonhavam. No intento de diferenciar-se dos pasquins, expressava a ideia de não vir a constituir um periódico que servisse de tuba aos rancores individuais, ocupando-se exclusivamente de três ou quatro personalidades, com linguagem chã e torpe. Prometia empenhar-se na extirpação da lepra social dos escândalos, da calúnia, de todos os vícios, enfim, sem que se lhe notassem as invectivas livres e as alusões imorais que desedificam na prática do comedimento dos mútuos deveres da família social, de modo que assim lavrava a profissão solene de sua fé jornalística (BISTURI, 1º abr. 1888).

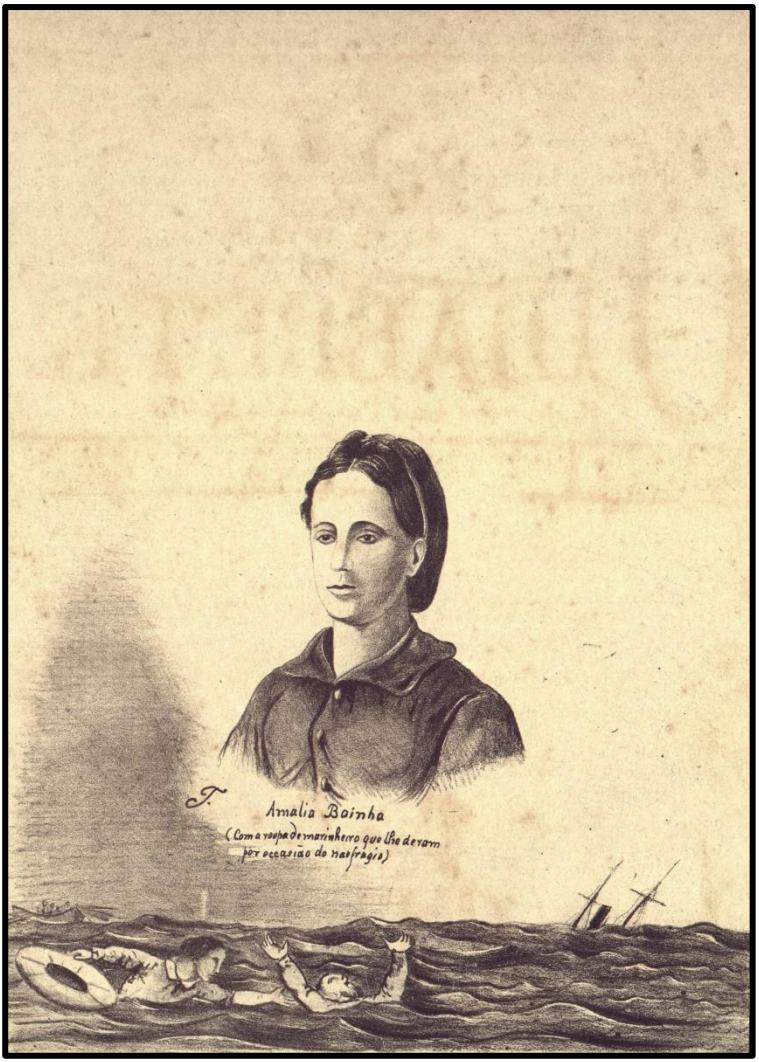
Ao circularem na cidade do Rio Grande, essas três publicações ilustrado-humorísticas refletiam os próprios interesses da comuna litorânea, vinculados às lides mercantis e às condições de navegabilidade, bem como participavam de uma das maiores reivindicações citadinas ao longo do século XIX, vinculada a melhores condições portuárias e de acesso pela barra que permitia (ou não) a entrada e saída de embarcações[131]. Além disso, tais periódicos lidavam com os riscos representados pela costa gaúcha que, ao longo do tempo, ganhava fama como significativamente perigosa. Nesse sentido, temas como naufrágios e temeridades à navegação viriam a ser recorrentes em suas páginas.

Uma das primeiras referências a tais temáticas foi realizada por *O Diabrete* e deu-se em relação a um naufrágio não ocorrido no Rio Grande do Sul, mas cujas

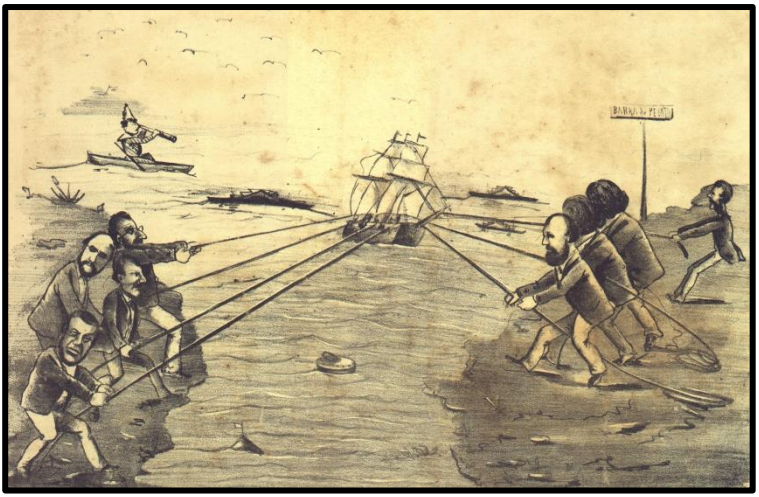
[131] Sobre essas condições, ver: ALVES, Francisco das Neves. *Porto e Barra do Rio Grande: história, memória e cultura portuária*. Porto Alegre: CORAG, 2008.

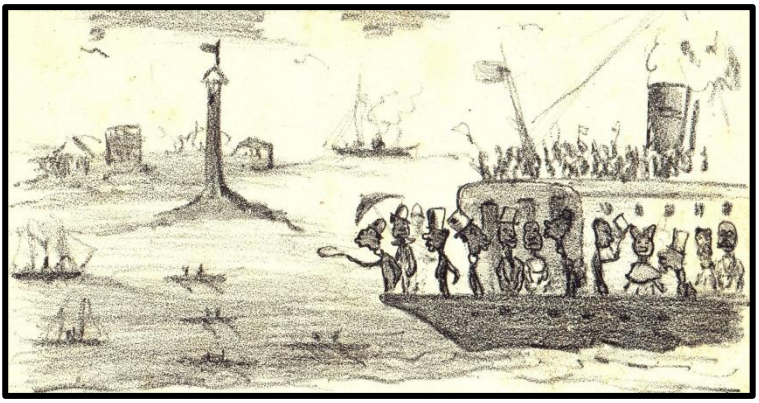
repercussões atingiram o âmbito sulino. O sinistro ocorrera ao norte do território gaúcho, na província vizinha de Santa Catarina, mais especificamente na localidade de Laguna. Tratava-se de uma reprodução do semanário ilustrado-humorístico carioca *Revista Ilustrada*, com destaque para o acidente de um vapor, no qual uma jovem conseguira salvar a si mesma e ao pai, aparecendo seu retrato e a cena do salvamento e do desaparecimento da embarcação em meio às águas[132] (O DIABRETE, 3 nov. 1878).

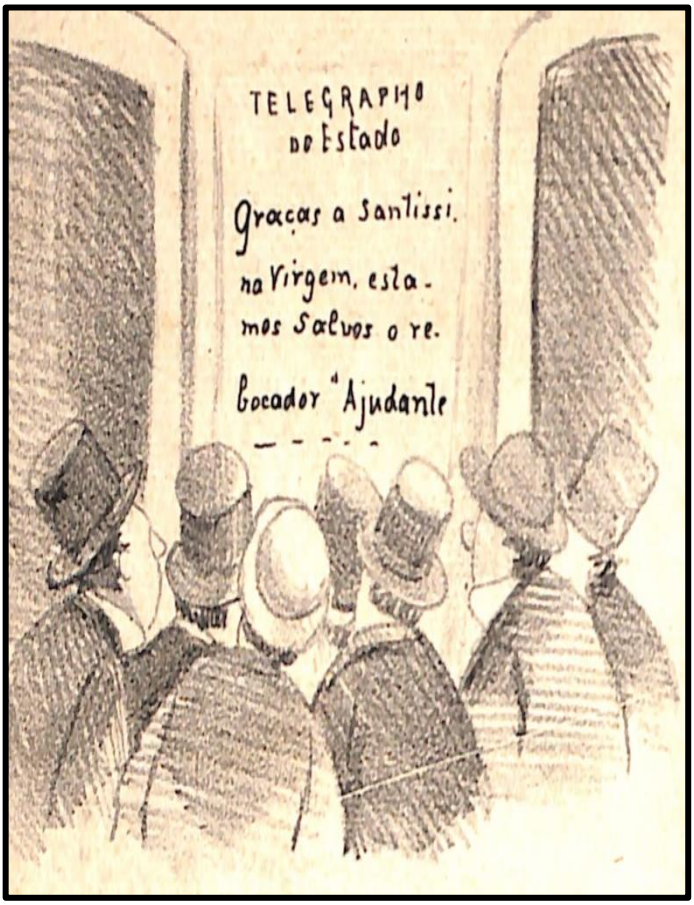
[132] Assim a *Revista Ilustrada* se referia ao ocorrido, além de transcrever correspondência da náufraga: "Amália Bainha. A coragem e o sangue frio que por ocasião do naufrágio do vapor *Proteção* mostrou essa senhora, que conta apenas 18 anos de idade, a torna digna de admiração (...). Não procuraremos narrar esse naufrágio, porque melhor do que ninguém o faz a heroica senhora numa carta escrita com toda a modéstia e singeleza, dirigida à sua mãe e da qual transcrevemos alguns períodos. (...) 'Felizmente a coragem nunca me abandonou; valeu-nos um salva-vidas (...), onde eu e papai nos agarramos e também o maquinista. Mas, passado algum tempo, papai disse que morria, que já estava sem forças, e já se ia afundando, quando eu então peguei-lhe pela gola do paletó e fiz ele agarrar-se a mim e ao salva-vidas. (...) Fui ao fundo duas vezes, bebi muita água, porém, nunca perdi os sentidos, sempre com esperança de nos salvarmos. Depois de havermos lutado bem duas horas, chegamos à praia onde fomos agarrados por dois marinheiros. Estávamos endurecidos como se fôssemos pedra, e sem poder sequer dar um passo: levaram-nos ao colo. Felizmente encontramos na praia um cavaleiro que me ofereceu o cavalo para eu montar e roupa para me cobrir.'" (REVISTA ILUSTRADA, 19 out. 1878).

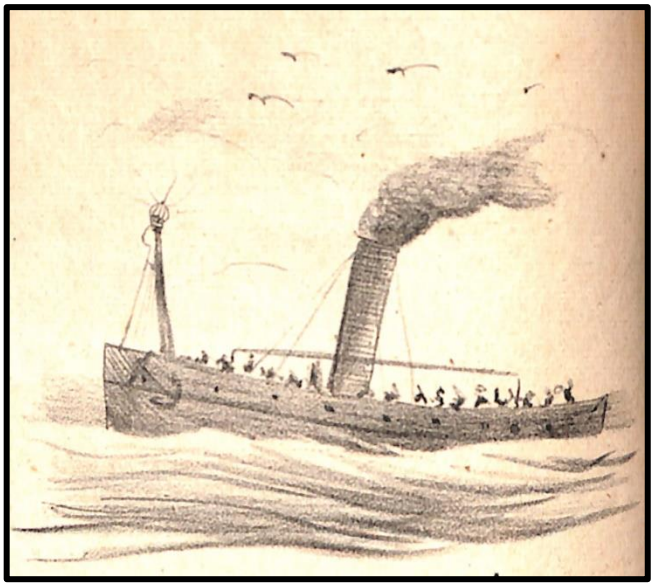

Amalia Bainha
(Com a roupa de marinheiro que lhe deram
por occasião do naufragio)

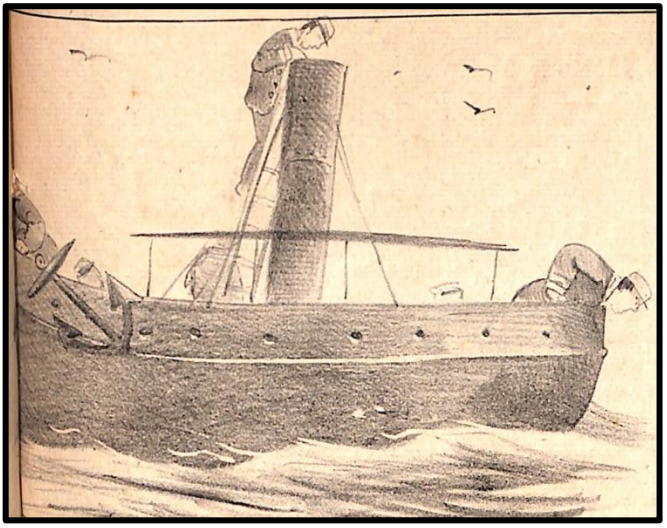
A concorrência política entre duas cidades rivais e suas consequências para a navegação foram retratadas por *O Diabrete*, ao apresentar os homens públicos rio-grandinos e pelotenses disputando a entrada de uma embarcação, de acordo com a melhor profundidade apresentada, em cena observada à distância pelo bobo da corte, símbolo da arte caricatural (O DIABRETE, 26 jan. 1879) No que tange aos riscos à navegação, o mesmo periódico mostrou embarcações apinhadas de gente, que se dirigia à recepção de uma personalidade, denotando a gravidade da situação quanto ao perigo em potencial (O DIABRETE, 14 set. 1879). Sem abrir mão do humor, o periódico rio-grandino publicou um conjunto caricatural a respeito de um naufrágio em potencial. De início mostrava as pessoas lendo as notícias nos murais afixados pela imprensa nos escritórios, segundo as quais o comandante do rebocador encarregado de encontrar o navio desaparecido teria dito que sua embarcação só conseguira salvar-se "graças à Santíssima Virgem". Em seguida apresentava vários barcos que procediam à procura do navio que desaparecera, mas sem sucesso, pois dele nada fora encontrado, constituindo verdadeiro "mistério". Frente aos insucessos nas buscas, e tendo em vista a declaração anterior, quanto ao "milagre" de Nossa Senhora, o periódico jocosamente dizia que o recurso seria recorrer à santa, mas como havia várias, seria necessário um sério estudos de clérigos para saber qual delas viria a ser a real salvadora. Como seria difícil "telegrafar à Virgem Santíssima", os dois indivíduos conversavam, argumentando que só restara às embarcações, confusas e emaranhadas entre si, continuarem a "jogar a cabra cega", como forma de desvendar o sumiço (O DIABRETE, 18 abr. 1880).

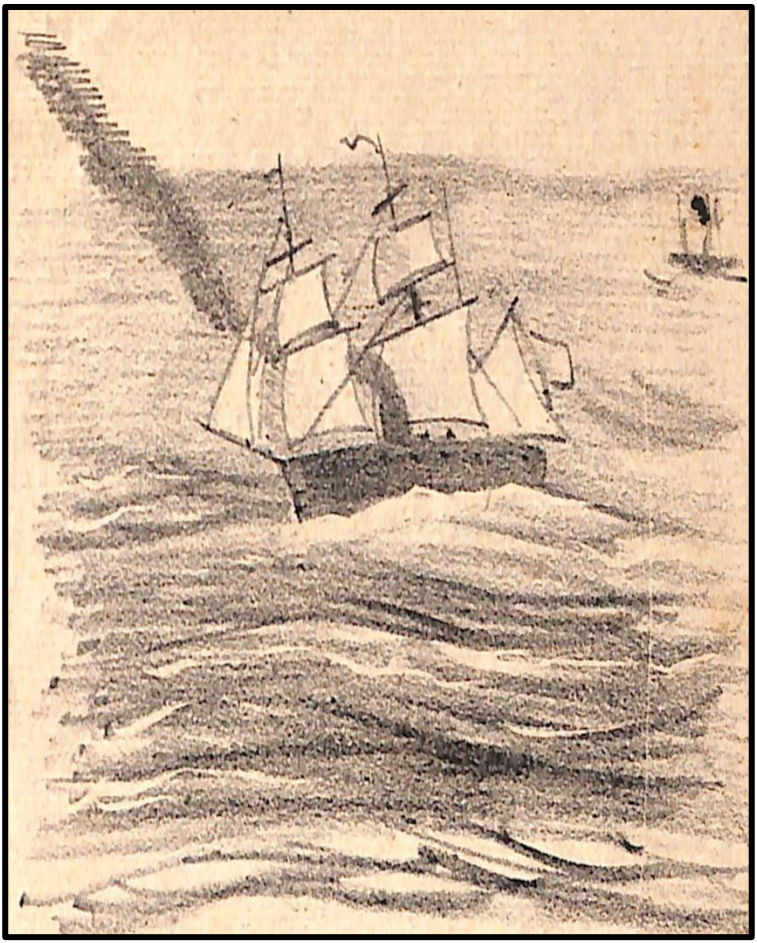


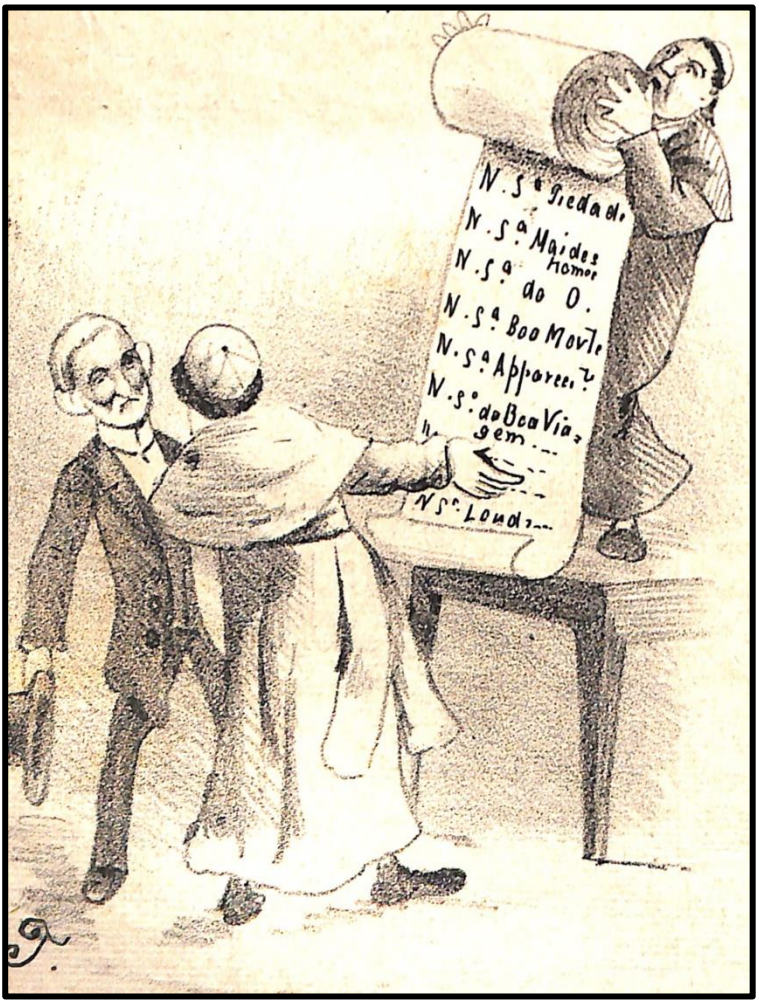


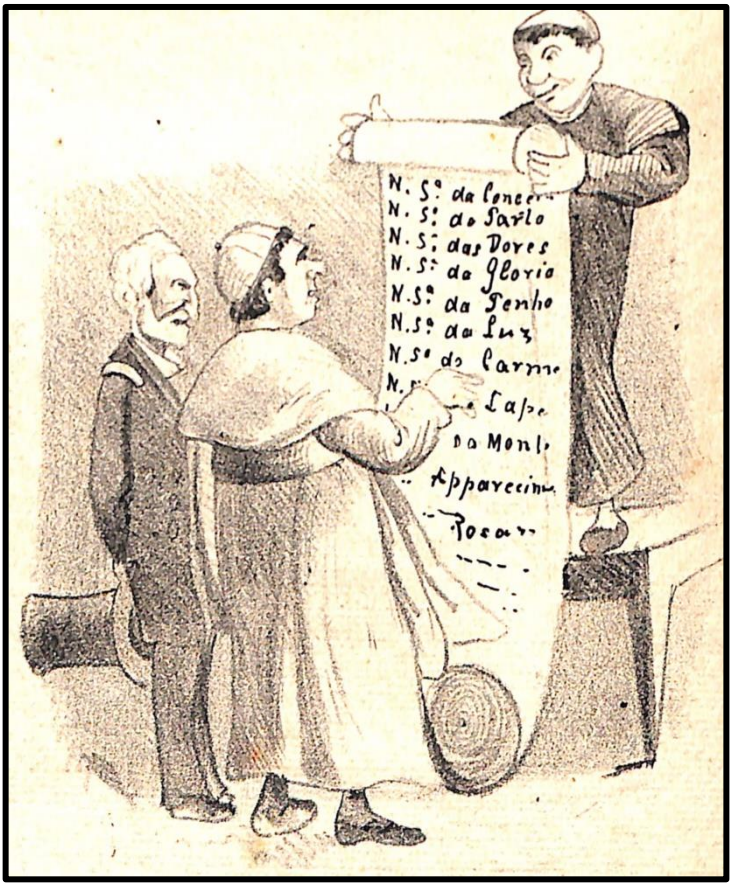

TELEGRAPHO
DE ESTADO
Graças a Santissi.
na Virgem. esta-
mos Salvos o re.
Cocador "Ajudante

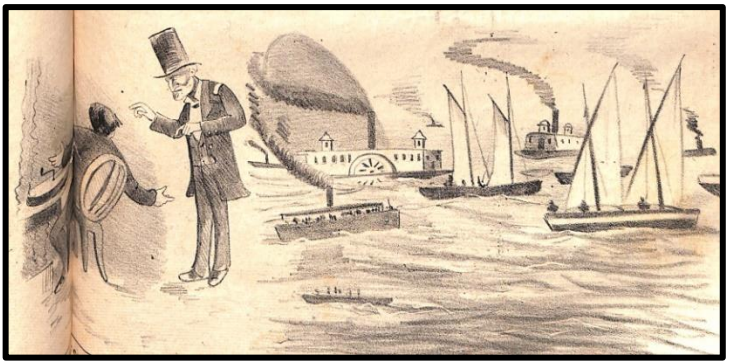




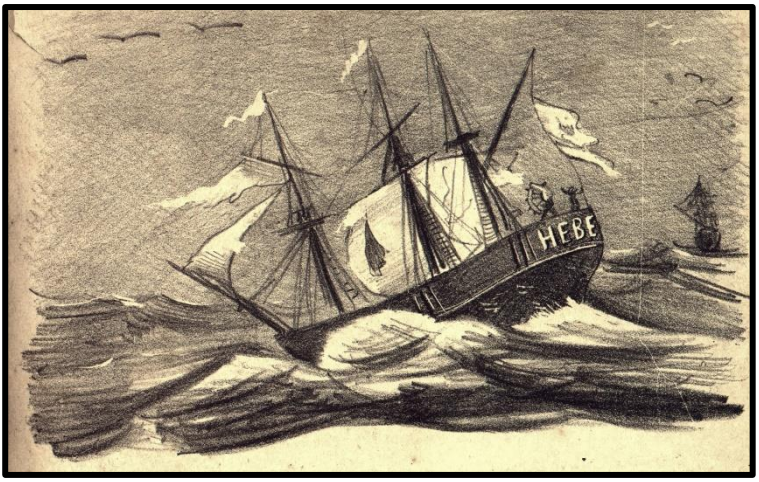


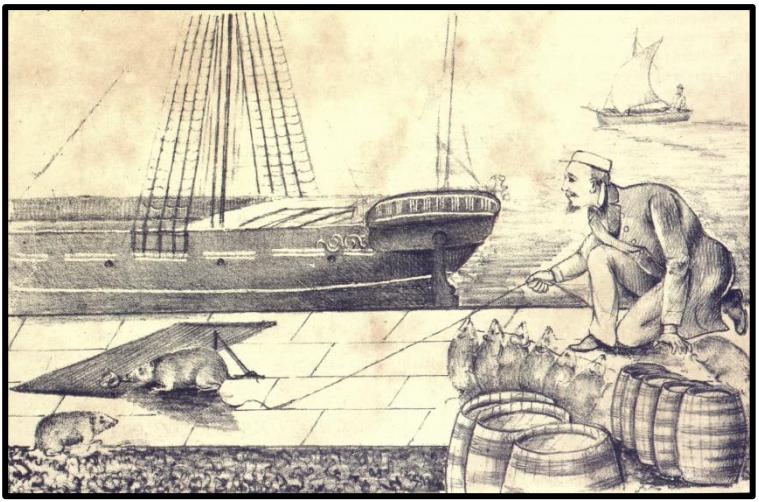

N.S.ª Piedade
N.S.ª Maides
N.S.ª do O.
N.S.ª Boa Morte
N.S.ª Apparecid.
N.S.ª da Boa Viagem...
N.S.ª Loud...

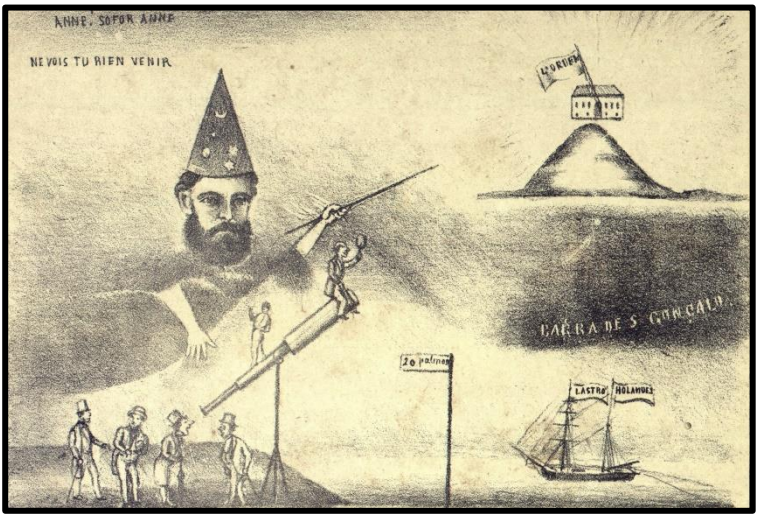

N. S.ª da Conce
N. S.ª do Sarlo
N. S.ª das Dores
N. S.ª da Gloria
N.S.ª da Senho
N.S.ª da Luz
N.S.ª do Carmo
N.
Lapa
do Mont
Apparecida
Rosario

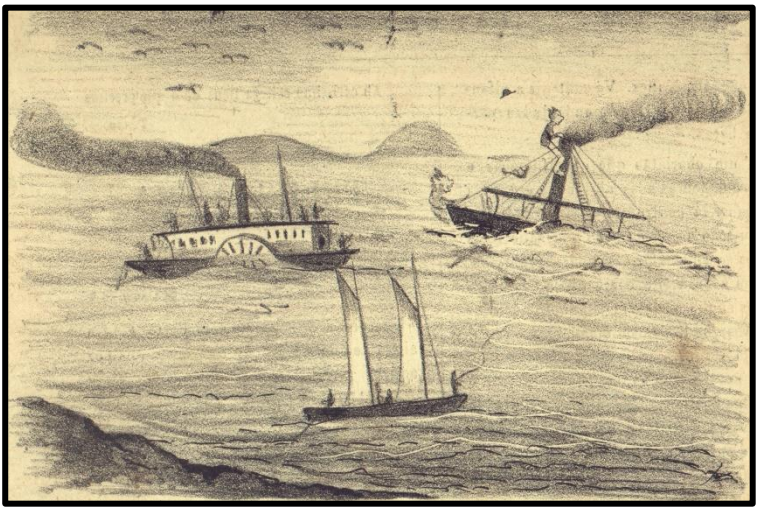


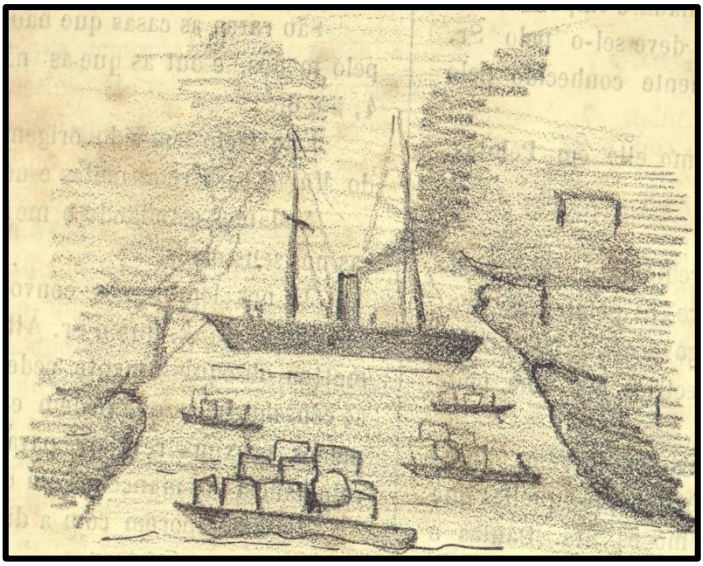
Quanto à perigosa passagem da barra do Rio Grande, *O Diabrete* colocava em dúvida se "uma fragatazinha não vai à garra", tendo em vista as amplas dificuldades enfrentadas (O DIABRETE, 10 maio 1880). A corrupção no serviço público era outro obstáculo apontado pelo semanário, ao mostrar um funcionário da alfândega caçando ratos, tradicional símbolo caricatural da roubalheira (O DIABRETE, 20 fev. 1881). Em outra caricatura, com ironia, o hebdomadário demonstrava que as soluções à navegação gaúcha só poderiam ocorrer a partir da mágica (O DIABRETE, 13 mar. 1881). Já o *Maruí*, carregando na pilhéria quanto à proporção dos tripulantes e da embarcação, revelando questionamentos quanto às habilidades dos mesmos ou à capacidade dos barcos, imaginava que o grande fluxo de navios e essa propalada imperícia poderiam vir a acarretar um abalroamento entre eles (O MARUÍ, 1º ago. 1880). Mais adiante, o mesmo periódico apontava para um outro navio que encalhara na costa, vindo a constatar chitosamente que, pelo menos "fora logo aliviado graças a noite ser de luar" (O MARUÍ, 24 out. 1880).


HEBE



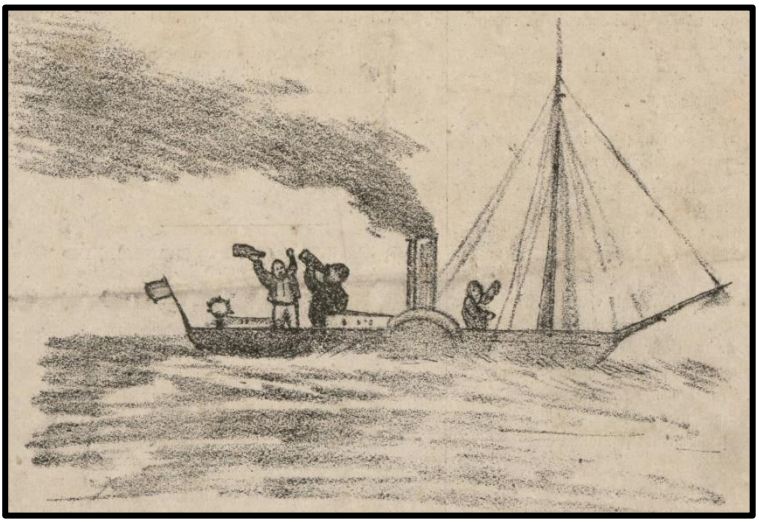

ANNE, SOEUR ANNE
NE VOIS TU RIEN VENIR
BARRA DE S GONÇALO
20 palmos
CASTRO HOLANDEZ

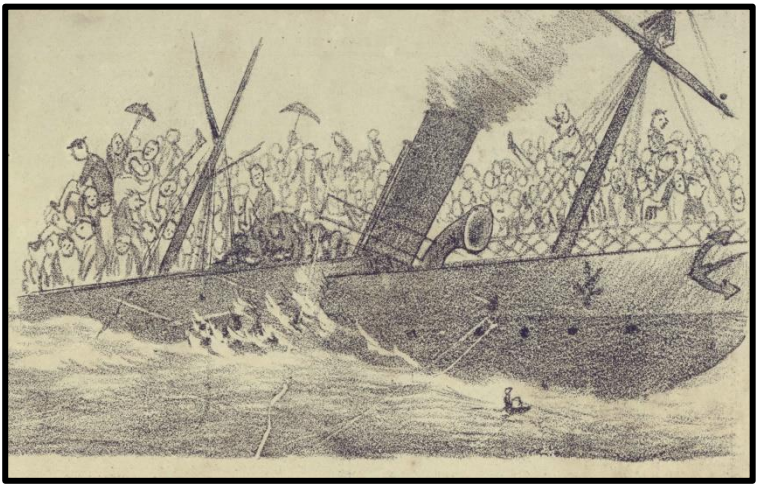




Já ao final dos anos 1880, em meio a um conjunto caricatural editado pelo *Bisturi*, apresentando aqueles que eram considerados como alguns dos problemas enfrentados pelos rio-grandinos, se fez presente a questão da navegação. Nesse quadro, era informado que fora ao fundo um lanchão, com a ressalva de que se salvara "toda a tripulação composta de três valentes marujos", em irônico contraste com o desenho que mostrava os marinheiros tomados de pavor, agarrando-se ao que restara da embarcação (BISTURI, 11 jan. 1888). As críticas recaíam igualmente sobre o comportamento dos tripulantes, como o caso daqueles que se dedicavam à "mais desenfreada bacanal", entregando-se ao consumo de bebida (BISTURI, 11 set. 1888). Os perigos que enfrentava o ato de navegar eram expressos em mais

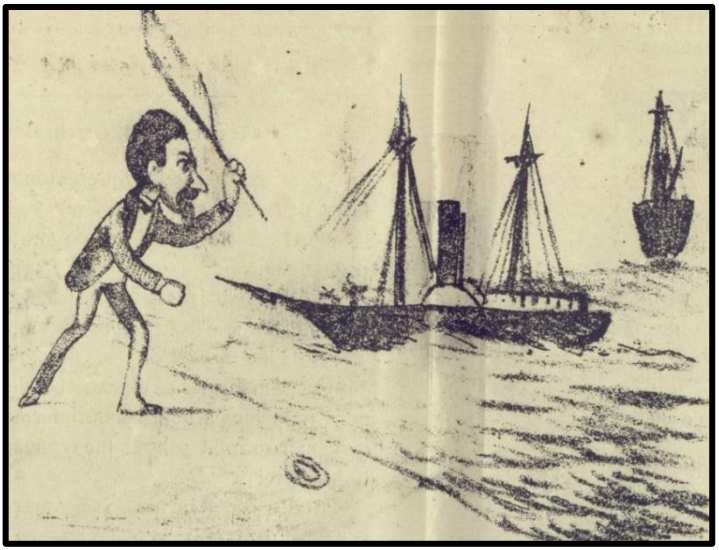
uma caricatura que denunciava a partida de um "pequeno vapor", com excesso de passageiros, restando apenas para eles a esperança de uma segurança espiritual, como demarcava o periódico, ao dizer com sarcasmo: "Que grande banquete humano não teriam os habitantes do mar se a divina providência não velasse por essas criaturas..." (BISTURI, 3 fev. 1889). Os males apontados pelo hebdomadário quanto à segurança dos navegantes se voltava também a realizar acusações de negligência e incompetência contra as autoridades públicas, como no caso da defesa da higiene pública, e as estratégias empregadas para evitar o avanço de epidemias, as quais eram consideradas plenamente insuficientes, como ao mostrar um funcionário munido apenas de uma garrafa para desinfetar uma embarcação recém-chegada (BISTURI, 10 fev. 1889).

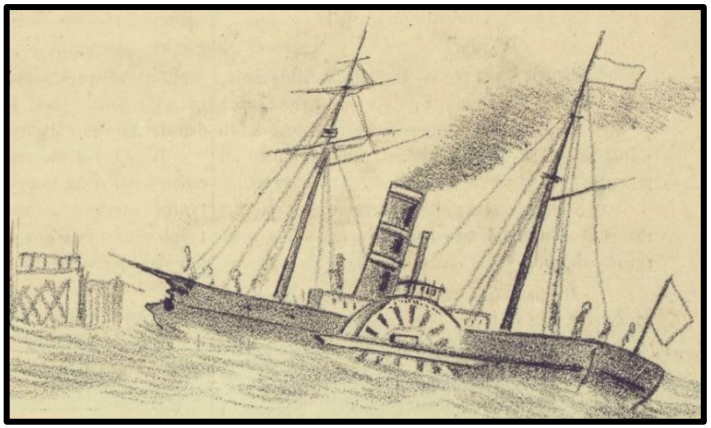


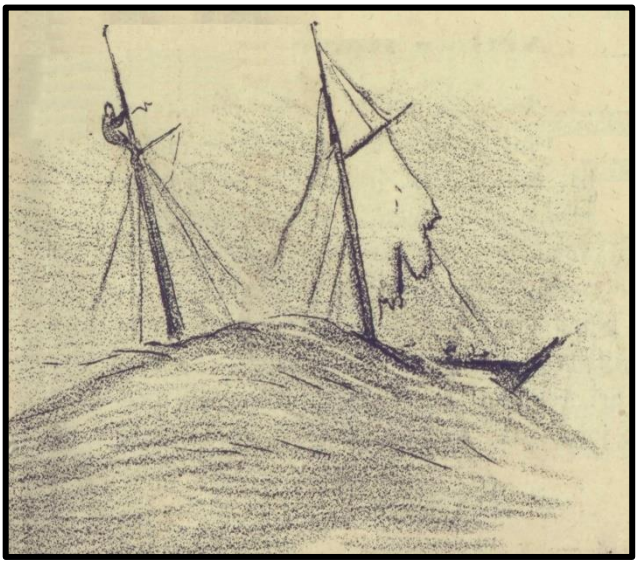


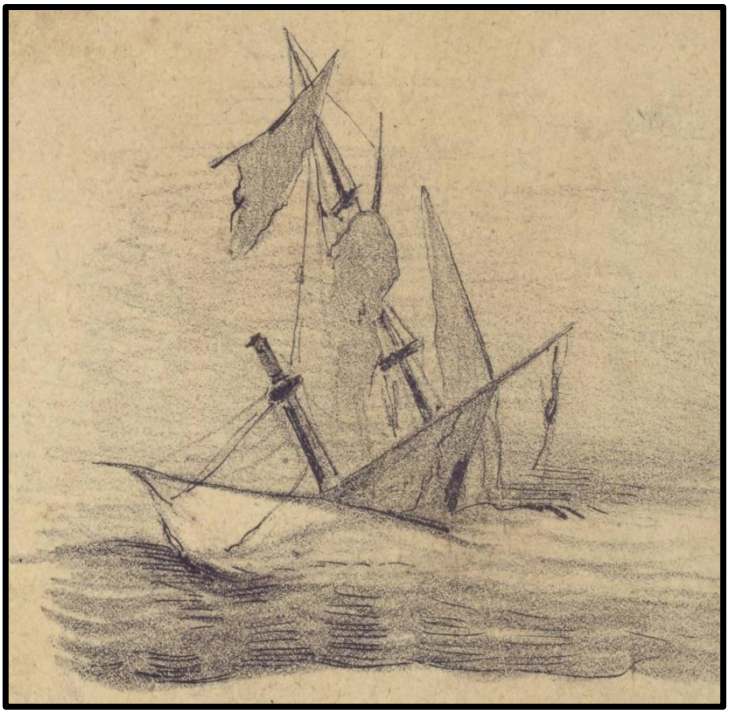
Os combates da imprensa contra as mazelas que afetavam a navegação foram representados pelo *Bisturi* a partir da imagem de um jornalista de pena em riste – símbolo do próprio periodismo –, protestando com "um libelo acusatório" em relação a uma companhia nacional de embarcações (BISTURI, 17 mar. 1889). Também foram alvo das críticas do semanário os erros de comandantes e tripulantes na orientação das embarcações, com a presença de acidentes que avariavam navios, como foi o caso de um vapor que, ao passar por uma ponte, "tocou numa das extremidades da parte giratória, causando-lhe leve ferimento na *queixada*", em referência a um dano na proa. Foi noticiado também o naufrágio de um iate, que perdeu o casco e o carregamento (BISTURI, 23 ago. 1889). O bobo da corte personificava mais uma vez a arte caricatural despedindo-se de um administrador alfandegário que não teria deixado saudades com sua atuação na costa gaúcha (BISTURI, 1º set. 1889). No que se refere aos sinistros marítimos, a folha registrava que "infelizmente confirma-se" um naufrágio com "vinte e

tantas vidas devoradas pelo mar" (BISTURI, 15 set. 1889).



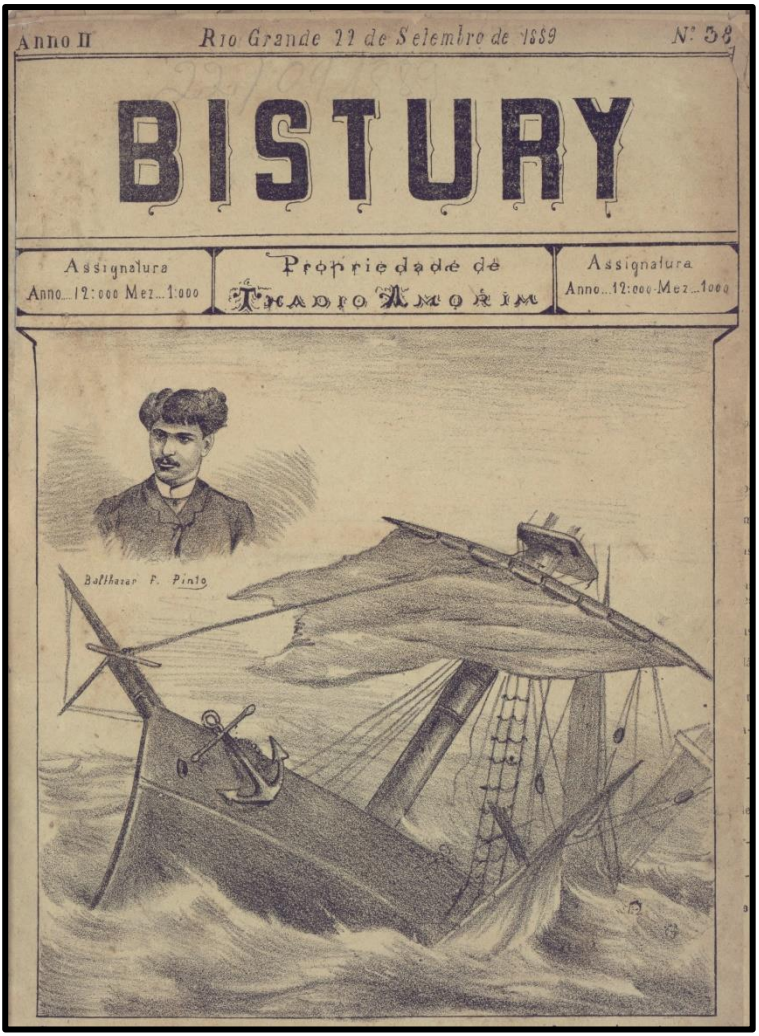


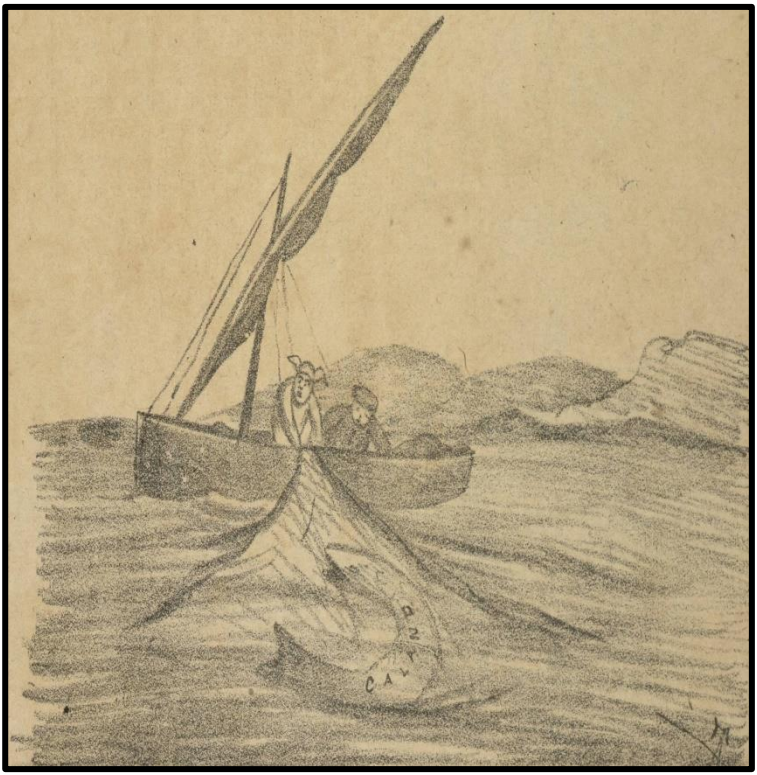




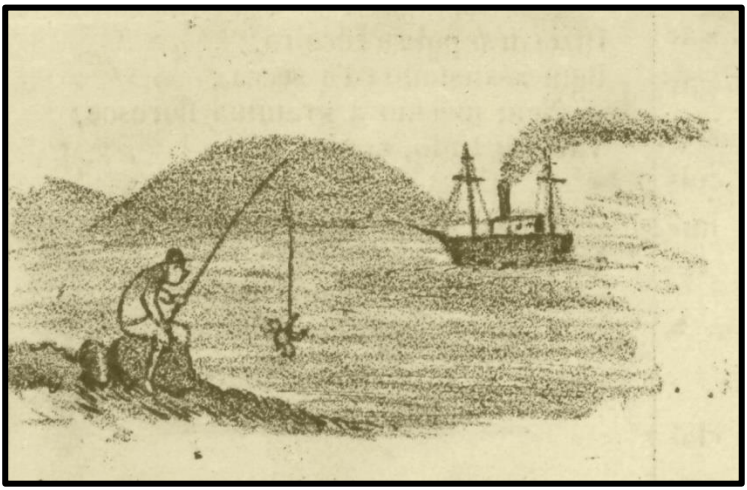
Um outro naufrágio foi apresentado, com a constatação de que aquela era uma "pungente realidade", lamentando pelos "pobres náufragos" – um dele em destaque –, dedicando-lhes "uma lágrima de dor a confundir-se no imenso oceano" (BISTURI, 22 set. 1889). As soluções para os obstáculos ao acesso marítimo no estabelecimento portuário rio-grandino passaram pelos pareceres de diversos engenheiros, e o *Bisturi* não perdeu a oportunidade de demonstrar a ansiedade da

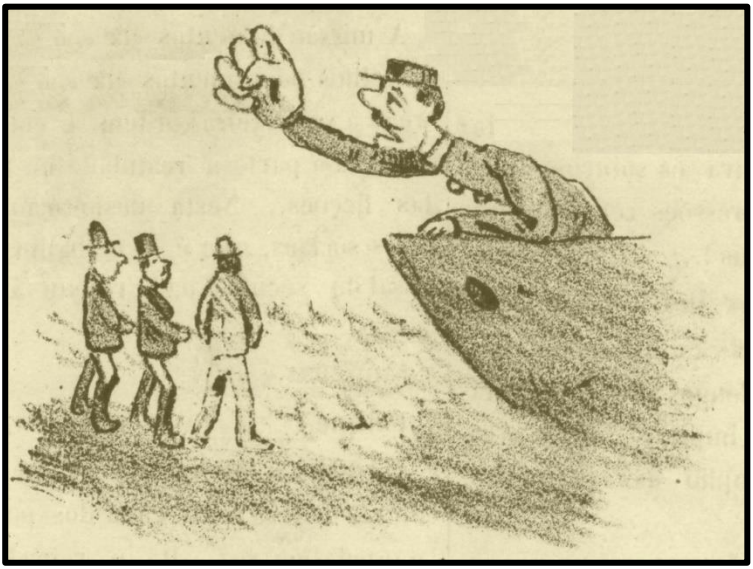
comunidade frente à possível presença de um desses profissionais, que chegou a ser comparado a um "grande peixe, solto aos mares da publicidade", aparecendo um jornalista e a figura mitológica de Mercúrio – símbolo do comércio, base econômica da cidade – em um bote, prontos para pescá-lo (BISTURI, 9 fev. 1890). A recordação de um sinistro marítimo no litoral rio-grandino, ocorrido em 1887 e que despertou ampla atenção da imprensa local e nacional foi realizada na capa do *Bisturi*, demarcando a data de 11 de julho como aquela em que, "há três anos, durante uma noite tenebrosa, convulsionada por um temporal medonho", que, "como outro, não há memória", estando "o mar e a cerração num pacto tenebroso", vindo a afundar "no abismo o vapor *Rio Apa*, com trezentas e tantas pessoas". Diante disso, o periódico dedicava "uma lágrima sentida sobre a memória daqueles a quem nem mesmo foi dado o remanso de paz eterna na terra que lhes foi berço", estampando a figura feminina que representava a nação a prantear a morte dos náufragos (BISTURI 13 jul. 1890). As precariedades do serviço alfandegário foram também alvo das censuras do semanário, ao trazer a entrada de um vapor cujo comandante protestava com o punho em riste contra aquela situação (BISTURI, 20 jul. 1890).


Anno II
Rio Grande 11 de Setembro de 1889
N. 38
BISTURY
Assignatura
Anno...12:000 Mez...1:000
Propriedade de
THADEO AMORIM
Assignatura
Anno...12:000 Mez...1:000
Balthazar P. Pinto

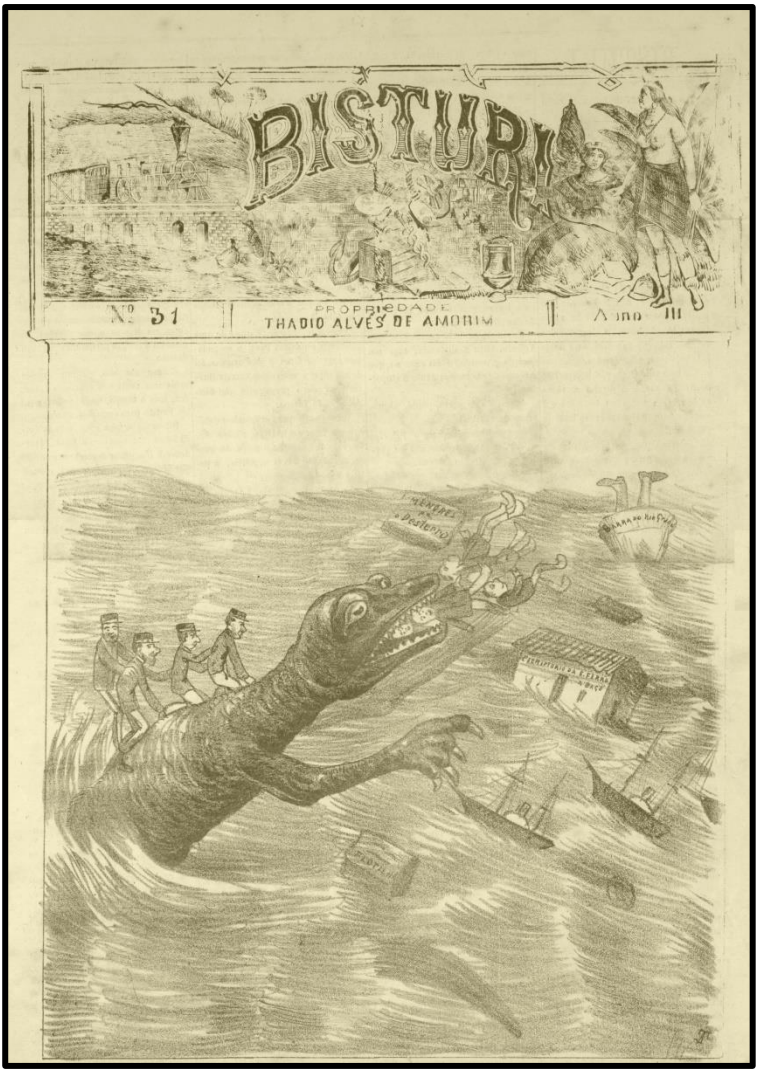


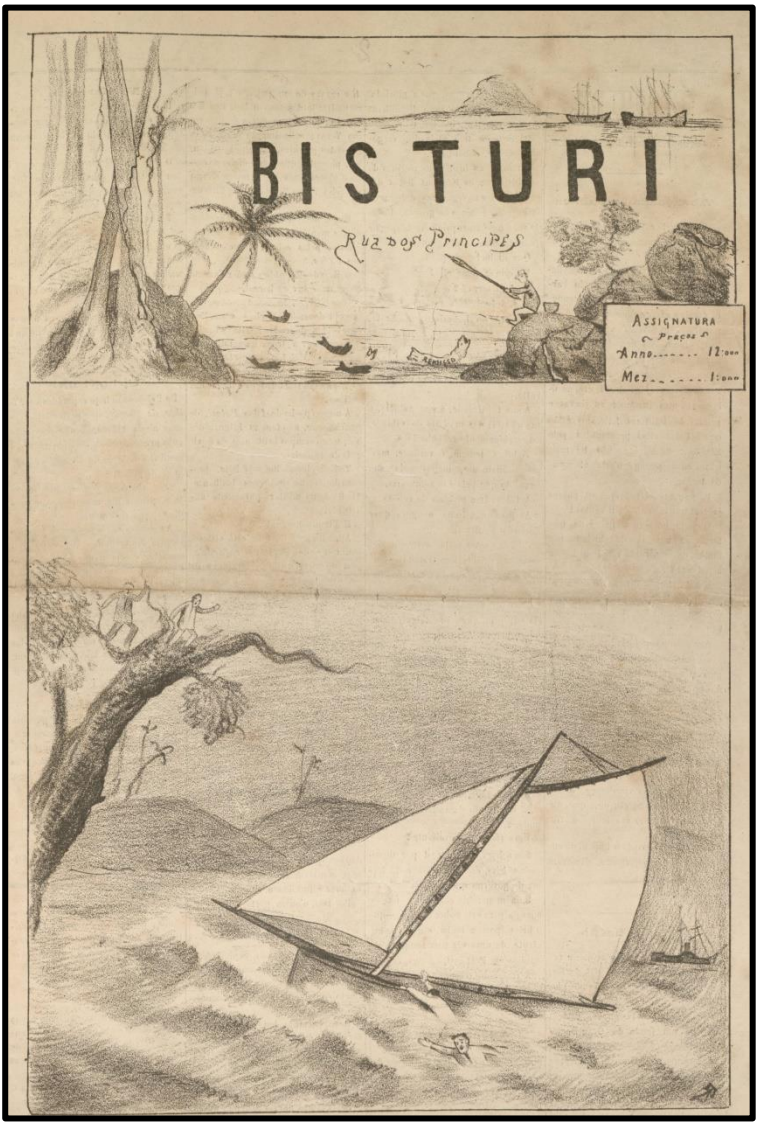
BISTURI
No. 30
PROPRIEDADE
THADIO ALVES DE AMORIM
Anno III
11 DE JULHO 1882

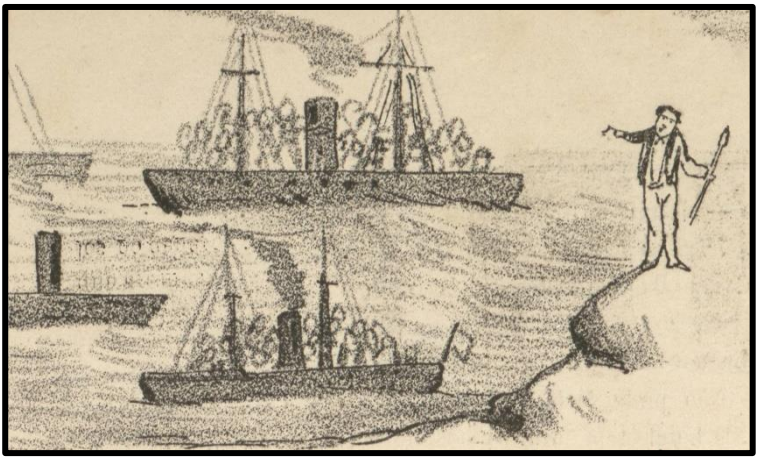


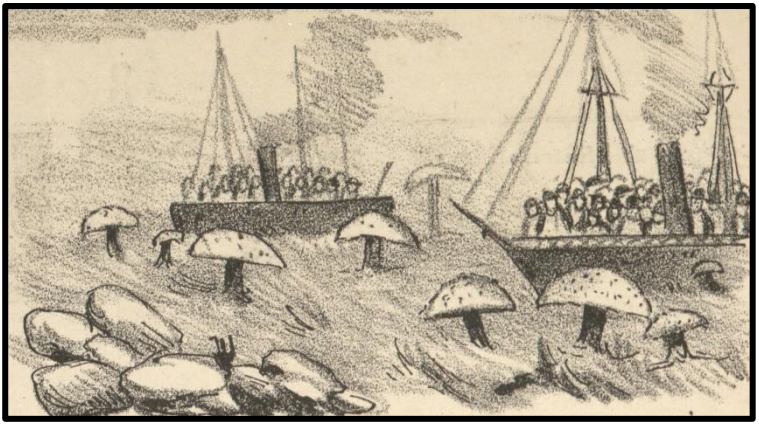


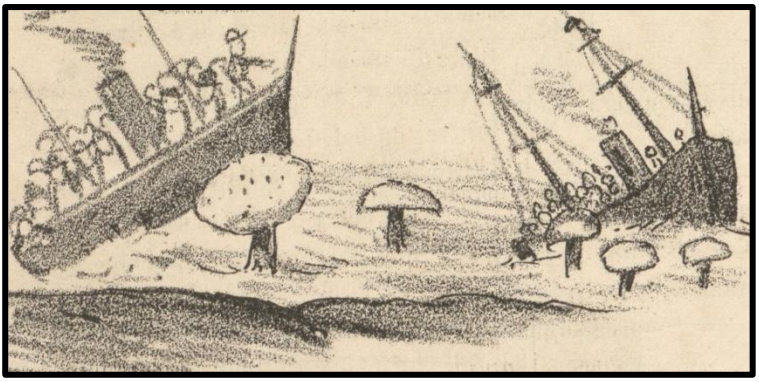
Os empecilhos administrativos e a demora governamental para corrigir os males que cercavam o acesso pela barra rio-grandina chegaram a ser comparados pelo *Bisturi* a um terrível monstro marinho, pronto a devorar as potencialidades de progresso da comunidade litorânea, diante do que o periódico lastimava: "Infeliz Rio Grande! Todos os seus poucos elementos de vida vão por água abaixo..." (BISTURI, 27 jul. 1890). Nova cena de acidente com embarcação ilustrou a capa do periódico, que se referia ao "lamentável desastre em que foram vítimas o prático e o dispensário" de um vapor, notícia acompanhada do desejo de "que a piedade de Deus receba em sua glória aqueles mártires" (BISTURI, 12 out. 1890). Em mais um conjunto caricatural, o hebdomadário ilustrado apontava para o alcance que os problemas vinculados à navegação traziam à conjuntural local e estadual, inclusive no que tange aos contingentes de imigrantes que vinham para as terras sulinas. Nesse sentido, a folha caricata, com humor e ironia, se referia à "divertidíssima navegação a vapor e à vela", com as embarcações sofrendo todo o tipo de reveses, ficando os barcos "tombados pelo encalhe", cujos obstáculos eram representados por enormes tortulhos – cogumelos –, dos quais poucos conseguiam escapar. Diante dessa situação os imigrantes teriam ficado desesperados, rebelando-se contra os comandos, o que teria movido uma tropa de repressão, que partiu naquela direção, para "à bala e baioneta" acalmar o "rebanho de feras", reconhecendo ao final que tais pessoas "não tinham garras... tinham fome" (BISTURI, 16 nov. 1890).

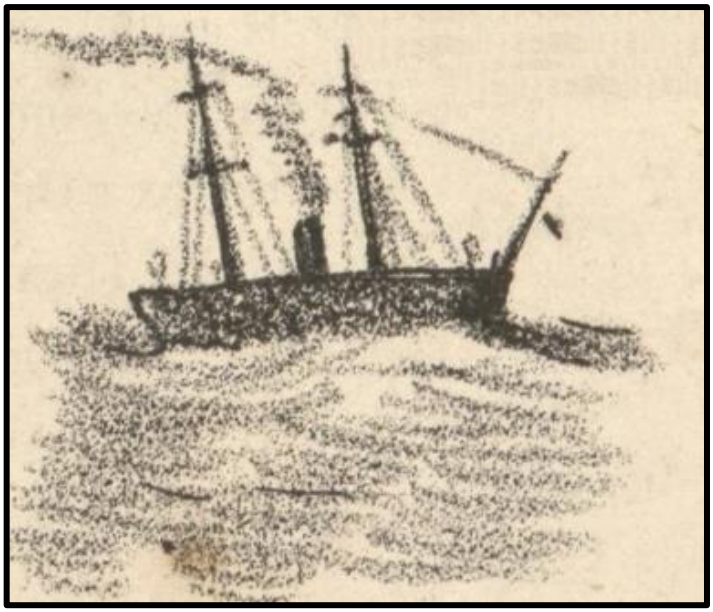

BISTURI
Nº 31
PROPRIEDADE
THADIO ALVES DE AMORIM
Anno III

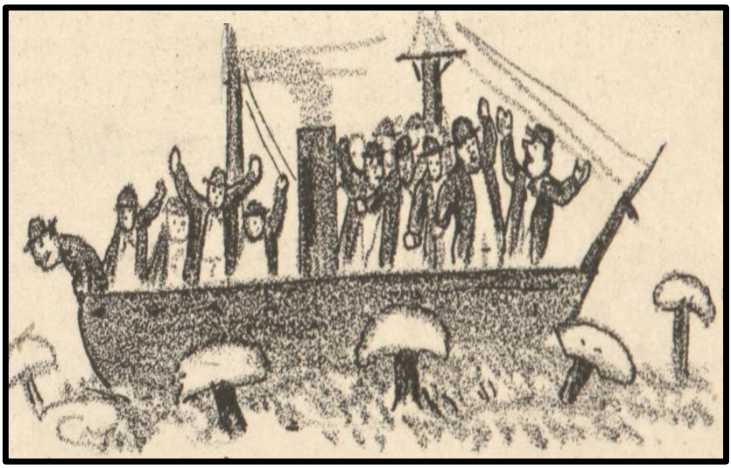

BISTURI
Rua dos Principes
Assignatura
Preços
Anno..... 12$000
Mez..... 1$000

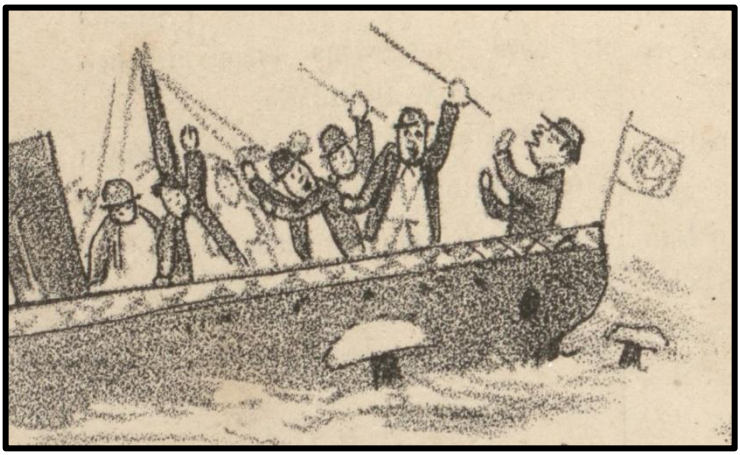


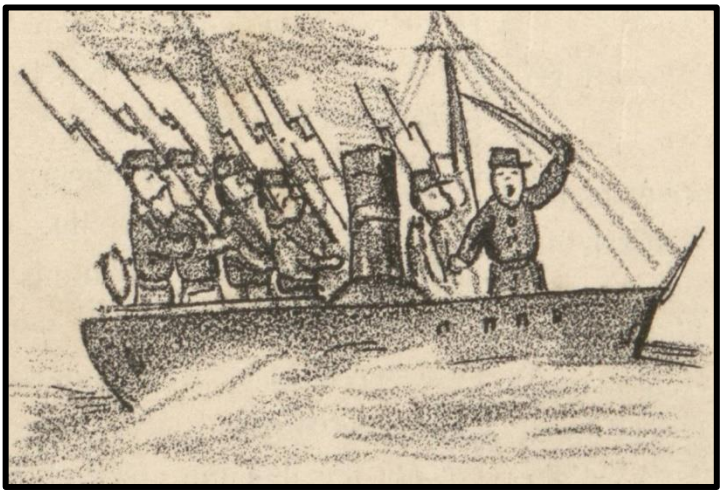


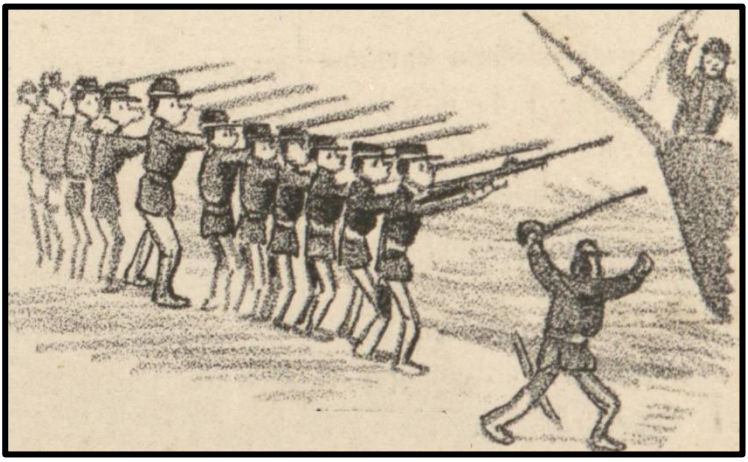




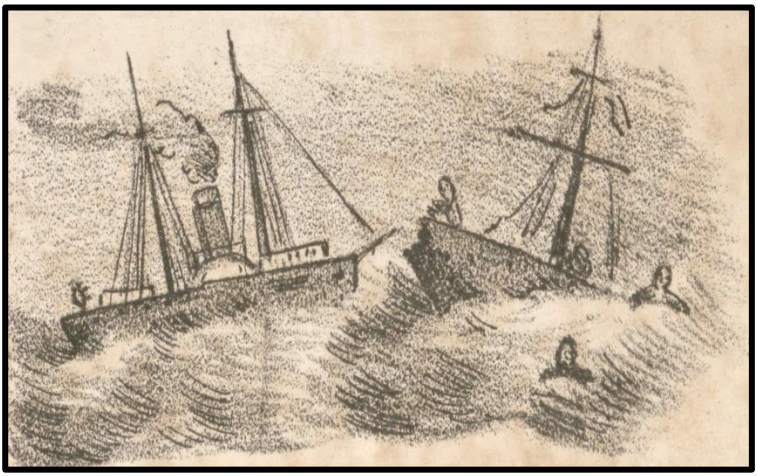


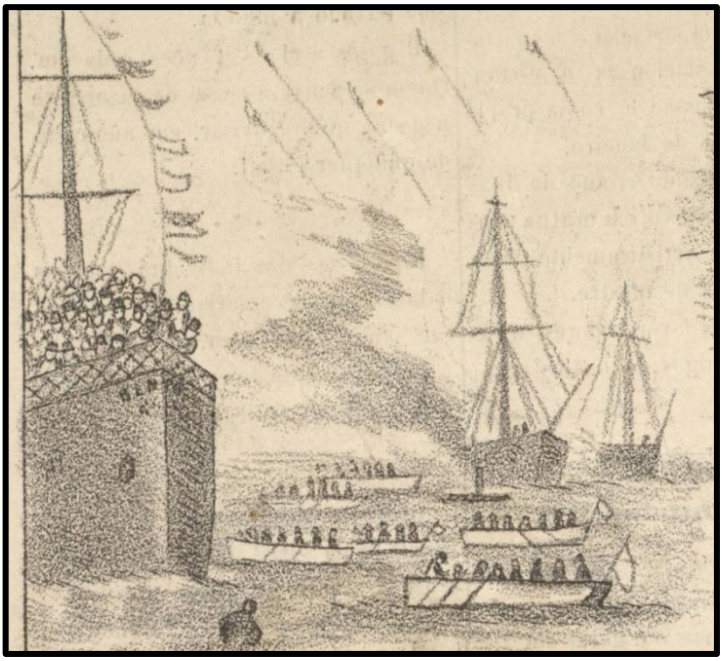






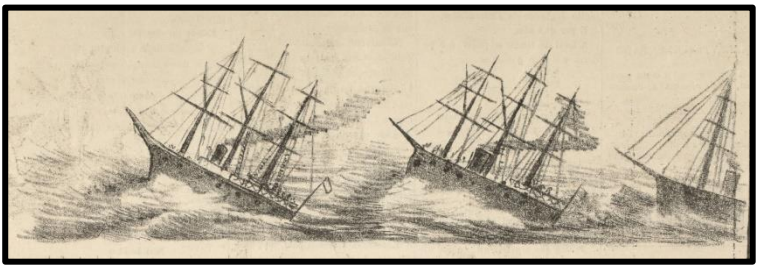
O naufrágio de uma embarcação foi mais uma vez noticiado pelo semanário, segundo o qual , "um iate, achando-se fundeado, foi abalroado" por um vapor, "partindo-se ao meio" e "indo a pique incontinenti", vindo a salvar-se apenas parte da tripulação. O periódico imputava culpa de tais acontecimentos à praticagem, o serviço de orientação à navegação à entrada do Rio Grande, considerado ineficiente pela folha, ao constatar que "vê-se nesses constantes e lamentáveis sinistros a *asa negra* do prático", em sinal do mau agouro que estaria vinculado a tal ofício (BISTURI, 11 jan. 1891). O cenário das festividades de N. S. dos Navegantes, quando havia grande deslocamento e aglomeração de pessoas na travessia entre Rio Grande e a vizinha São José do Norte, servia como mais uma oportunidade para o periódico manifestar seu espírito crítico, ao mostrar grandes e pequenas embarcações excessivamente carregadas de fieis (BISTURI, 1º fev. 1891).

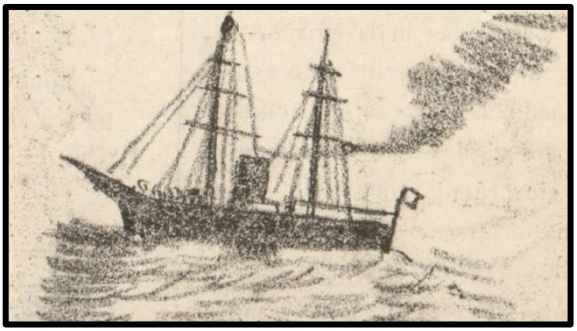


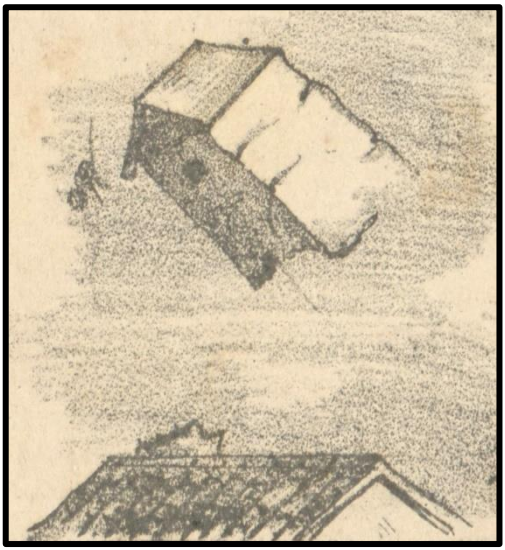


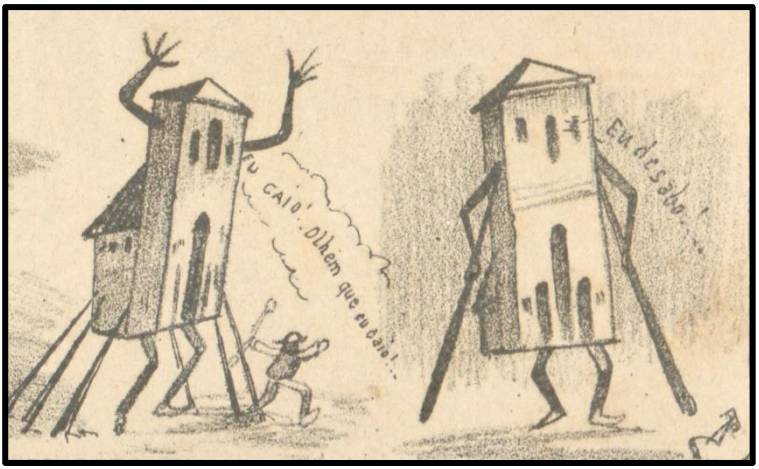
A agitação político-partidária no Rio Grande do Sul, que viria a desencadear em guerra civil, já se encontrava em ebulição quase dois anos antes da eclosão do conflito, obrigando a um constante deslocamento de tropas, algumas transportadas por mar, em quadro pelo qual até os encouraçados enfrentavam alguns percalços para enfrentar o litoral gaúcho, dificuldades também enfrentadas por barco que recebera "ordem do governo de seguir com urgência para a capital do Estado" (BISTURI, 17 maio 1891). Os ferrenhos vendavais que assolavam a comunidade rio-grandina foram igualmente abordados pelo *Bisturi*, que comparou a enorme intempérie a um ser diabólico que vandalizava a cidade

portuária. Nessa linha, a folha afirmava que "o diabo andou solto esta semana", de modo que "o maldito habitante do inferno parece que desceu a estas regiões e pintou com a humanidade". E prosseguia, dizendo que "o infernal patife fez toda a sorte de desaforos, causando estragos incalculáveis", ao prejudicar o trajeto das pessoas, destruindo monumentos e ameaçando a integridade de casas e prédios. E como não poderia deixar de ser em tal circunstância, o litoral fora fortemente afetado pelos tempestuosos ventos, que fizeram "também sua excursão pelo mar, deixando o rastro lutuoso da sua passagem diabólica" (BISTURI, 18 out. 1891).



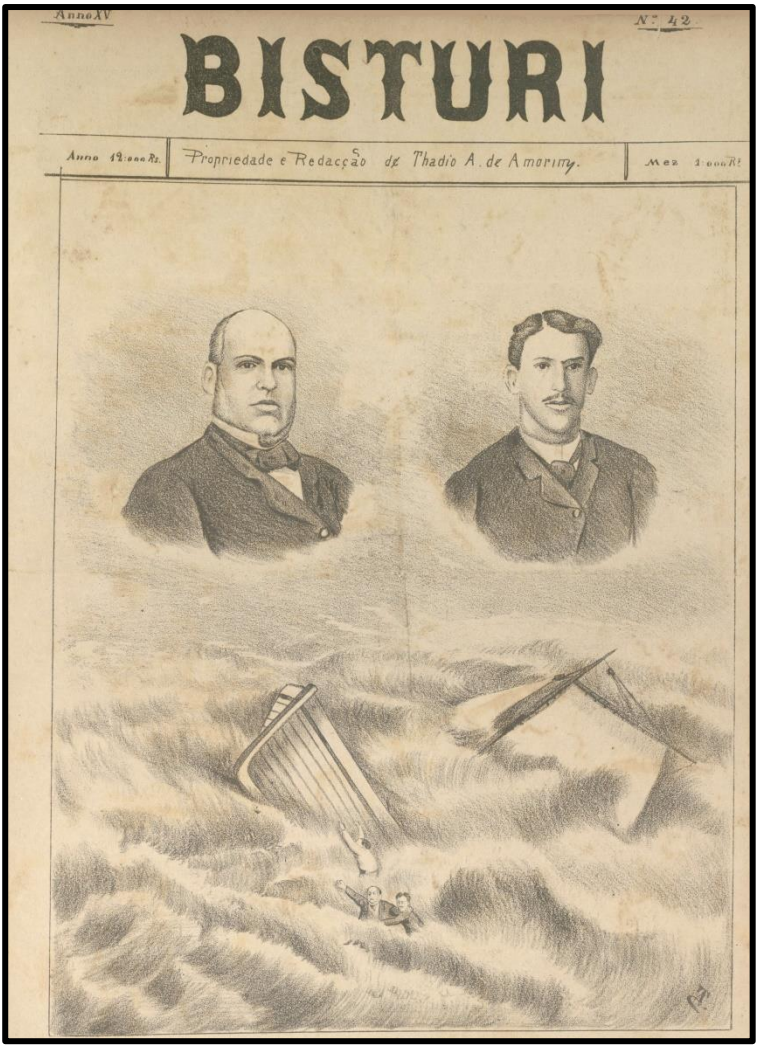




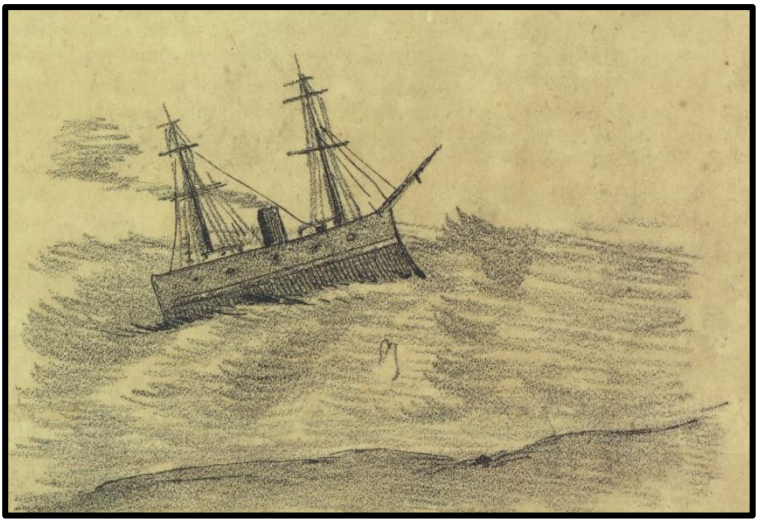

EU CAIO! Olhem que eu caio!...
Eu desabo!...

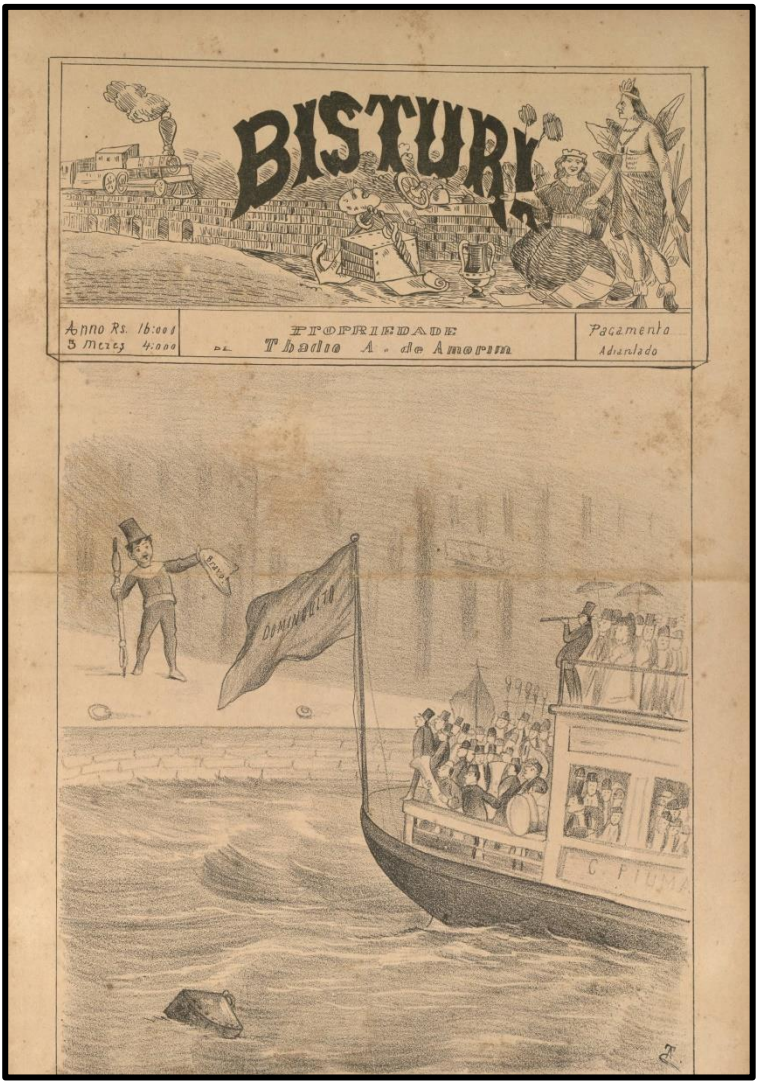
Em uma outra cena de naufrágio estampada na capa do periódico, com destaque para dois mortos, um comendador e um negociante, o *Bisturi* se referia às "vítimas do lamentável sinistro", prestando sua "homenagem de sentimento". Tendo em vista a posição social dos mortos, o semanário publicou editorial alusivo de tom encomiástico, sem deixar de revelar o impacto que aquele tipo de acidente provocava em meio à comunidade (BISTURI, 25 out. 1891):

> A nossa pena rasga o papel, guiada pelo sentimento de pungentíssima dor: ela corre automaticamente, tristemente, porque avassalá-la a enormidade da catástrofe que veio lançar o crepe do luto sobre o lar honesto e feliz de cidadãos respeitáveis e queridos.
>
> Para os que compreendem o que é a falta de um elemento de vida à sociedade (...), à profunda desgraça que veio rebentar sobre nós, com a fisionomia completa e perfeita que têm as coisas inesperadas, há de por certo comover, há de fatalmente lhes emocionar o coração nas mais íntimas fibras. (...)
>
> O mar, o velho leão sempre feroz nas manifestações do seu ódio (...) ainda desta vez foi o protagonista desse drama terrível (...).
>
> A desgraça é egoísta, escolhe sempre aqueles que mais falta fazem ao meio social em que vivem, e onde são brilhantes ornamentos. (...).
>
> Confrange-nos recordar semelhante desventura.
>
> Qual a pena ou pincel que possa descreve ou pintar no papel ou na tela semelhante desgraça?!
>
> Sobre as vítimas do sinistro, o *Bisturi* lança as flores simbólicas dos seus sentimentos de veneração e saudade.


Anno XV
Nº 42
BISTURI
Anno 12$000 Rs.
Propriedade e Redacção de Thadio A. de Amorim.
Mez 1$000 Rs

A Festa de Navegantes serviria mais uma vez como ensejo para a folha expressar seu pensamento crítico, não à solenidade em si, mas ao descuido e à falta de fiscalização, apresentando novamente as embarcações com sua capacidade de passageiros altamente ultrapassada, chegando alguns deles a cair nas águas (BISTURI, 7 fev. 1892). A insegurança e a constante demora nas entradas e saídas da cidade portuária foram reproduzidas pelo semanário em uma outra oportunidade, na ilustração em que mostrava a imagem de um navio, restringindo-se na legenda a simplesmente dizer que ele "finalmente entrou", em um laconismo contundente que relevava o conteúdo de dificuldades que estava inserido naquela ação (BISTURI, 3 jul. 1892). A colocação de uma embarcação para fazer a ligação entre Rio Grande e São José do Norte foi aplaudida pelo hebdomadário, trazendo o bobo da corte a saudar a partida do barco. Tal empreendimento era considerado "mais um progresso, mais um importante tentame levado a efeito", passando a haver "um vapor em carreira diária" entre as duas localidades. Insistindo no entusiasmo, o periódico apontava que aquele seria "um melhoramento de incontestável importância, digno por certo do auxílio de todos que se interessam pelo nosso engrandecimento e progresso". Apesar do tom predominantemente elogioso, o *Bisturi* não deixava de lado a crítica, ao mostrar na ilustração que o mau hábito da superlotação dos barcos permanecia no cotidiano citadino (BISTURI, 23 nov. 1893).




BISTURI
Anno Rs. 16:000
3 Mezes 4:000
PROPRIEDADE
DE Thadio A. de Amorim
Pagamento
Adiantado
Bravo
DOMINGUETO
C. PIUMA

De acordo com a abordagem joco-séria, as reflexões críticas de natureza imagética expressas pela imprensa ilustrado-humorística rio-grandina a respeito de naufrágios e riscos à navegação bem refletiam que tal conjuntura constituía uma das mais sérias preocupações da comunidade portuária. Tais sinistros ou perigos enfrentados pelos navegantes, mormente no contexto regional/local, mas também fora dele, eram observados como catástrofes que acarretavam perdas humanas, com mortos e feridos, e materiais, com os prejuízos às atividades mercantis, base econômica citadina. Foram diversos os fatores denunciados por esse gênero jornalístico, como a negligência, a incompetência, a corrupção e a falta de vontade político-administrativa na efetivação de uma solução definitiva para o problema do acesso marítimo ao Rio Grande do Sul e à navegabilidade em sua costa tradicionalmente considerada como extremamente perigosa.

Ao lado da concretude das realidades retratadas pela arte litográfica e caricatural, os semanários ilustrado-humorísticos também carregavam nas cores do simbólico, elemento constitutivo fundamental na expressão desse gênero jornalístico. Assim, a partir dos símbolos, a navegação deveria dar a ideia de segurança em uma travessia difícil, mas por vezes havia a necessidade de enfrentar as intempéries e a manifestação de múltiplos obstáculos[133]. Em tais circunstâncias, as embarcações não conseguiam vencer os dois perigos essenciais de navegar, ou seja, a destruição, com o triunfo do oceano, ou o retrocesso, associado à regressão

[133] CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT Alain. *Dicionário de símbolos*. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 632 e 874.

e ao estancamento, e a impossibilidade de controlar o navio trazia consigo a perda da segurança e do rumo definido[134]. Nesse quadro, os perigos enfrentados pela navegação e o seu cúmulo, o naufrágio, fixados nas imagens impressas nas páginas de *O Diabrete, Maruí* e *Bisturi*, traziam consigo uma faceta do conjunto de apreensões e medos coletivos que marcavam a comuna portuária naqueles decênios finais do século XIX.

[134] CIRLOT, 1984, p. 403 e 571.

COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação prenhe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.

UNIVERSIDADE ABERTA www.uab.pt
Cátedra CIPSH de Estudos Globais 2020-2025
BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE
9 786553 061125
ISBN: 978-65-5306-112-5